

# PROPOSTA-4

revista a serviço da educação de base



XILOGRAVURA: JOSÉ COSTA LEITE

# P R O P O S T A

revista a serviço da educação de base

Março 1977, nº 4

trimestral

Ano 1

---

## EDITORIAL

- |                      |   |   |
|----------------------|---|---|
| Jean Michel Rousseau | 3 | Apresentação  |
| Redação              | 6 | Erros e acertos:<br>autocrítica da equipe<br>de redação |

## ARTIGOS

- |                         |    |  |
|-------------------------|----|--|
| Jether Pereira Ramalho  | 17 | CEBS:<br>Nova forma participatória<br>do povo  |
| Ademar Andrade Bertucci | 36 | Subsídios para atividades<br>comunitárias no meio ur-<br>bano: uma contribuição            |
| Ida Jancsó              | 58 | Comunidade e Liderança -<br>Algumas reflexões  |
| Equipe da CRS no Brasil | 68 | Ajuda externa:<br>Critérios e indicadores<br>para financiamento de<br>programas e projetos |

## INFORMAÇÕES 75

---

PROPOSTA, revista a serviço da educação de base, é editada pela FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, Rua das Palmeiras, 90, Rio de Janeiro (RJ). Coordenador Nacional: Jean Michel Rousseau. Redação: Beatriz Araújo, Carmen G. Mehedff, István Jancsó, João Luís van Tilburg, Ziléa Reznik. Datilografia: Helena Dias. Impressão: Edival Mazoli. Assinatura anual: Cr\$ 60,00; número avulso: Cr\$ 15,00. Exterior: assinatura anual: US\$ 8,00, número avulso: US\$ 2,00. Enviar cheques nominais à FASE.



## A P R E S E N T A Ç Ã O

Com este 4º número, PROPOSTA completa seu primeiro ano de experiência.

Foi, realmente, um ano de experiência.

Experiência que se revelou, sob alguns aspectos, falha. E a avaliação da redação, publicada logo a seguir, revela algumas das principais falhas constatadas: na linguagem utilizada na revista; no conteúdo; e, sobretudo, no fato de não ter conseguido ser plenamente uma "proposta", estabelecendo diálogo entre agentes de base engajados em um trabalho comum de educação e desenvolvimento.

Experiência que se mostrou, no entanto, bastante positiva. E, aqui, as reações, críticas e apreciações recebidas manifestam claramente que valeu e compensou o esforço. PROPOSTA, nesse primeiro ano, conseguiu apresentar e discutir várias experiências de base que se tornaram mais conhecidas dos vários agentes, suscitando a reflexão sobre o trabalho que cada um desenvolve: experiências de colonização agrícola (Gurupi), de reconstrução de casas (Recife), de Centros Sociais (Vitória), de programas de saúde (Baixada Fluminense). PROPOSTA, com base nas diversas experiências, aprofundou também vários temas ou assuntos, de interesse imediato dos agentes de intervenção social: educação, avaliação, comunidade, liderança, agricultura, cursos, saúde. No todo, uma bagagem bastante rica e prática, que pode ajudar aos agentes, como de fato ajudou.

Todo esse material descritivo, de estudo, de discussão, foi apresentado, dentro dos propósitos da revista, como "propostas". Não são propostas da redação, ou da FASE, que é respon-

sável pela revista. Mas também propostas ou idéias de outros, condizentes ou divergentes com as da redação. Por isso, foi solicitada a colaboração de outros, práticos ou estudiosos dos problemas de educação de base. E por isso PROPOSTA descreveu ou relatou inclusive experiências do passado (MEB) ou do exterior (Guiné-Bissau), suscetíveis de fornecer subsídios, levantar discussões ou dar idéias novas aos agentes de base.

Hoje, o 4º número de PROPOSTA trata o tema "Comunidade". Quem, entre os agentes de base, não foi ou não é envolvido com comunidades? Sabemos que é um assunto que já levantou inúmeras discussões e numerosos estudos. Mas cremos que, devido à importância e ao interesse do mesmo, é válido trazer novas contribuições.

No Brasil, quem fala em comunidade não pode deixar de pensar em Comunidades Eclesiais de Base. Pelo número impressionante de CEB (mais de 10.000 no país), pelo entusiasmo que suscitaram e pelo crescimento rápido que tiveram nos últimos 15 anos, merecem certamente um estudo. Mais ainda, atualmente, por levantarem graves questões. Muitos consideram que as CEB se "estrangularam", atingiram seus limites: isso, porque teriam sido concebidas não como "experiência de base", mas como mecanismos e organismos pelos quais simplesmente a Igreja teria procurado descentralizar e organizar melhor as paróquias tradicionais, e atingir melhor sua "clientela"; e também porque as CEB se teriam revelado uma forma inadequada de atingir os problemas fundamentais da população, problemas ligados à produção, ao emprego, à terra, etc. A análise feita por Jether Ramalho, no 1º artigo de PROPOSTA-4, coloca de modo objetivo e mais completo os aspectos positivos e negativos dessa importante experiência que foram e ainda são as Comunidades Eclesiais de Base.

Comunidade leva à Liderança: dificilmente se concebe uma sem a outra. PROPOSTA, no artigo seguinte, de autoria de Ida

Jancsõ, estuda a relação entre comunidade e líderes, e o papel destes últimos.

Contribuição muito valiosa também a esse 4º número de PROPOSTA é a de Ademar Bertucci. Baseado em longa experiência de trabalho em comunidades suburbanas de São Paulo e em avaliação feita com os grupos e líderes comunitários, o autor preparou vários textos que nos esclarecem muito as opções, as dificuldades e os resultados de um trabalho comunitário em áreas suburbanas.

Esperamos com isso dar mais uma contribuição ao trabalho de educação de base. Contamos, em resposta, receber suas sugestões e críticas, suas idéias e "propostas" próprias, e suas contribuições para a revista.

Rio de Janeiro, Março de 1977.

Michel Rousseau

*Equipe de redação*

## Introdução

Quando se tomou a decisão de publicar uma revista a serviço da educação de base, os responsáveis por esta decisão sabiam da responsabilidade que assumiam, e sabiam que enfrentariam dificuldades sérias.

Estava claro, na época (faz um ano), que algumas dificuldades eram previsíveis. Estas dificuldades representaram a base para a elaboração do projeto inicial, cujas linhas gerais foram divulgadas no primeiro número de PROPOSTA. Sabia-se, porém, que esta previsão de dificuldades deveria ser incompleta. Esperava-se que surgissem imprevistos, problemas devidos à falta de experiência anterior no enfrentar um desafio desta ordem. Sabia-se que era previsível haver erro de julgamento em relação a pontos muito importantes. Simplesmente não se sabia quais eram esses pontos importantes.

Tinha-se a maior confiança na justeza do projeto. E em vista dessa confiança partiu-se para a edição de PROPOSTA. Tratava-se de uma experiência, tratava-se, antes de tudo, de iniciar-se um processo de acumulação de experiência. Far-se-ia o melhor possível. Depois de algum tempo, através de uma avaliação permanente, chegaria o momento da correção das falhas, da localização dos erros. Chegaria o momento do aprimoramento, da retificação de rumo. Pois não é este o papel da avaliação?

O que se segue é a apresentação, para todos que têm acompanhado PROPOSTA, de um relato simples dos pontos que a equipe de redação julgou serem os mais importantes a considerar.

## Os objetivos iniciais

"Esta é, antes de tudo, uma proposta. Isto porque vai procurar o estabelecimento de uma permuta permanente com os elementos que procura atingir. Não se dirigirá a 'leitores' que, vez ou outra, escrevam cartas ou enviem notas de elogios e promoções. Seu alvo são as pessoas envolvidas em atividades que denotem uma preocupação real com as parcelas menos favorecidas da população" (nº 1, p.3). Assim começava a apresentação dos objetivos gerais da revista. A idéia central destaca-se, desde o início: *permuta*. Não somente permuta entre a redação e os que trabalhavam em atividades diretamente ligadas à população. Permuta, principalmente, entre todos aqueles que participam desse gigantesco esforço que é a produção de experiência no campo da educação de base, nas mil formas que pode assumir. O nosso entendimento do papel da revista era simples: todos que estão nesse trabalho têm problemas, dificuldades. Produzem respostas, de maior ou menor profundidade, pouco importa. Então é preciso que essas perguntas, essas interrogações e, principalmente, essa experiência de cada um, isoladamente, possam ser úteis para todos.

A isso se pensava chegar através do relacionamento intenso entre os responsáveis imediatos pela revista (a equipe de redação) e os agentes que atuam diretamente junto à população. Sabia-se, já naquela época, que para o sucesso do empreendimento "muito esforço deverá ser despendido antes que se consiga determinar as linhas que predominarão" (nº 1, p.6).

As perguntas que a equipe de redação se fazia dividiam-se em dois grandes grupos: 1º) o que fazer? 2º) como fazer?

O "que fazer" estava razoavelmente claro. Elaborar a experiência produzida pelos diversos trabalhos de base; intensificar a divulgação de experiências significativas; promover

a socialização da experiência particular de cada programa. Tratava-se, então, de entender a revista como um serviço.

O "como fazer" também estava claro nas suas linhas gerais. A revista deveria ser produzida coletivamente. De responsabilidade inicial da equipe de redação, deveria passar a ser, progressivamente, de elaboração coletiva, com a participação crescente de agentes de base. Pensava-se em *normas de produção* que permitissem superar o esquema tradicional de uma revista. Não uma revista *para o leitor*, mas sim uma revista *do leitor*.

A avaliação mostrou que estes eram realmente os problemas básicos. E mostrou, também, que, se erro houve, este se situou em torno do seguinte ponto: o "que fazer" e o "como fazer" não podem ser separados.

As *normas de produção* (a forma de fazer a revista) representam o elemento central que pode determinar o sucesso ou insucesso da proposta. Como estas normas de produção só estavam claras nas suas linhas gerais, e não na sua dimensão *prática*, a prática real foi tradicional, e isso marcou a revista em seu conjunto.

#### O que foi feito

Com este *número 4* publicaram-se os números previstos, mantendo-se a regularidade de PROPOSTA. Considerando-se bem, já se trata de um resultado positivo, na medida em que tudo foi feito com recursos próprios e, sabidamente, os recursos materiais com que se conta são escassos.

A experiência desses quatro números pode ser considerada muito rica e representa uma base de trabalho muito mais sólida do que aquela com a qual contávamos há um ano atrás. Houve acertos (poucos) e erros (muitos). Mas tanto acertos como erros somente são úteis na medida em que entendidos co-

mo ensinamento que permita um aprimoramento efetivo. É neste sentido que apresentaremos os elementos centrais de nossa avaliação, esperando complementação, crítica e colaboração de todos quantos tiverem interesse em aperfeiçoar este instrumento de trabalho que é a revista.

## Os acertos

Dentre os acertos há que destacar:

- a opção pela utilização de recursos próprios para a edição da revista. Isso permite maior flexibilidade na determinação de suas dimensões, número de páginas, disposição gráfica das matérias. Apesar de contarmos com recursos técnicos bastante limitados, essa opção permitiu um ganho de flexibilidade que é considerável.
- a opção pela utilização de recursos próprios na edição da revista permitiu compreender com maior clareza o significado de se trabalhar em equipe. Não naquilo que diz respeito à equipe de redação, mas sim num sentido mais amplo, naquilo que inclui a totalidade das pessoas que têm responsabilidade pela publicação da revista. Se é verdade que a separação entre "trabalho intelectual" e "trabalho manual" ainda tenha marcado as nossas atividades, já temos as condições para dar alguns passos na superação dessa barreira.
- a capacidade de levar à prática, mesmo que de maneira limitada, a proposição inicial de *permuta*. Foi o caso de alguns artigos da revista (Avaliação do Projeto Reconstrução, Cursos, Projetos Agrícolas e mais alguns poucos) que nasceram da prática de agentes e população e tomaram forma, como artigos, através de um processo de discussão com estes agentes. Esses poucos exemplos bem sucedidos de prática conjunta revelaram-se um caminho a ser trilhado.
- a busca da elaboração teórica de problemas que a prática coloca. Essa preocupação de elaborar teoricamen-

te a prática foi e é uma preocupação permanente. O grande desafio é tornar essa elaboração eficiente. A tendência para a abstração é, normalmente, muito grande. E muito grande é a tendência para a generalização com base em dados empíricos insuficientes. Enfim, é grande a atração do pedantismo acadêmico, no mau sentido. Os acertos, nesse plano, se situaram bem mais na busca do que nos resultados.

## Os erros

Os erros foram muitos. Consideramos que é conveniente agrupá-los em dois conjuntos: erros de julgamento e erros de produção. É verdade que os dois tipos de erro resultam de uma mesma base, e esta base comum é a *insuficiência da compreensão real da relação teoria-prática*. No que diz respeito às idéias gerais, a compreensão da relação teoria-prática que orientou a equipe responsável pela revista era, no fundamental, correta. Acontece que era falha (porque era incompleta) no que diz respeito às suas implicações práticas. E isso ficará claro na apresentação dos pontos que se seguem.

## Erros de julgamento

Por erros de julgamento entendemos a aceitação como verdadeiras de algumas hipóteses que, na sua maioria, se revelariam meias verdades. Dentre essas meias verdades vale a pena destacar:

- *a capacidade da equipe de redação de ter acesso aos agentes*. A equipe de redação é formada por técnicos da Equipe Técnica Nacional (ETN) da FASE. Imaginou-se que a presença permanente desses técnicos junto a equipes de base se traduziria, diretamente, em produção de material para a revista. Foi um erro de julgamento, na medida em que esses técnicos, quando estão junto a equipes, têm sempre tarefas e trabalhos específicos, e é em função desses trabalhos que estão junto às equipes. Então, de duas uma: ou a preocupa-

ção com a revista prejudica o trabalho ou então (e essa tem sido a regra quase geral) a preocupação com a revista passa a ser secundária, marginal. Daí que a presença permanente de técnicos da ETN deveria ter sido considerada como dado importante para localizar problemas importantes, mas não como forma de alimentação da revista.

- *a contribuição dos agentes de base.* Imaginava-se que, progressivamente, os agentes de base passariam a responder pela produção da maior parte das matérias que formariam a revista. Não se considerou que, na maior parte das vezes, os agentes de base são extremamente refratários a escrever. E isso por diversas razões: falta de tempo devido ao grande número de tarefas e responsabilidades que têm; falta de hábito de escrever; falta de hábito para ordenar a sua própria experiência. O erro de julgamento decorreu de uma questão importante e não considerada: a especificidade do papel do agente deveria corresponder uma forma específica de colaboração e participação. A questão, então, não deveria ser colocada em termos de transferir para os agentes de base a responsabilidade pela produção das matérias (sem excluir, é claro, essa possibilidade eventual), mas sim em termos de integrar os agentes de base num processo coletivo de ordenação da experiência. Essa questão será retomada quando se tratar dos erros de produção.
- *a crítica como fator de aprimoramento da revista.* Pensada como um *forum* de debates e de confrontação de experiências e posições, esperava-se que a revista recebesse críticas que permitissem um aperfeiçoamento progressivo. Isso não aconteceu. Salvo umas poucas críticas que diziam respeito à revista como instrumento de trabalho, a maior parte das cartas recebidas dizia respeito a detalhes (linguagem, dimensão dos artigos, tamanho da revista, capa, etc). É claro que

os problemas levantados são todos pertinentes. Mas não era esse o tipo de crítica que *esperávamos* receber. Por outro lado, durante os contatos pessoais, as críticas eram de maior profundidade, o que reforça as observações do ponto anterior.

- *facilidade em contar com colaboração para a revista.* Imaginava-se que seria fácil contar com colaboração para a revista, principalmente de parte de intelectuais. Isso se revelou um duplo erro de julgamento. Em primeiro lugar, porque essa colaboração é possível mas é muito mais trabalhosa do que se imaginava. Não que tenha havido recusa. O que tem havido é protelação. As pessoas são ocupadas, os seus prazos são muito longos. Mas isso é o menos importante. O mais importante é que o tipo de colaboração que as pessoas ligadas ao mundo acadêmico podem dar muitas vezes não é o que se considera necessário para uma revista como PROPOSTA pretende ser. A qualidade da matéria que este tipo de colaborador pode oferecer é sempre de primeira ordem. Mas dificilmente é capaz de tocar efetivamente naqueles pontos que dizem respeito, diretamente, à prática dos agentes. Operando num nível "macro", esse tipo de matéria é fundamental para o enquadramento geral dos problemas, mas não ajuda a compreender a prática imediata. E é nesta mediação entre o particular e o geral que se situa o objetivo de PROPOSTA.

- *a superação de problemas de linguagem resultaria da experiência.* Imaginava-se que, progressivamente, a equipe chegaria a uma linguagem mais adequada. Tratou-se de um duplo erro de julgamento. O problema da linguagem inadequada não pode ser colocado em termos técnicos. Não é através do aprendizado de tipo tradicional que se vai chegar à solução adequada. A questão se coloca, fundamentalmente, na forma através da qual o texto (e a linguagem) é produzido. Não e-

xiste a linguagem adequada. O que existe é a forma de tratar adequadamente problemas. Então é preciso que se encontre a forma mais adequada de se tratar dos problemas, e a chave para tanto é a forma coletiva de tratá-los. Se um problema é tratado coletivamente e se esse tratamento se traduz em texto, a margem de inadequação provável da linguagem será bastante reduzida. Daí que o problema se coloca bem mais na qualidade do coletivo (sua composição, sua capacidade de colocar e encaminhar a discussão dos problemas) do que na busca propriamente de uma linguagem deste ou daquele tipo.

Esses foram os principais erros considerados "de julgamento". Conforme se vê, remetem imediatamente para um outro nível, que é aquele dos erros de produção.

#### Os erros de produção

Os erros de produção são aqueles que decorreram da prática de edição da revista. Intimamente ligados aos erros de julgamento, em muitos casos resultam deles, em outros casos aprofundam-nos. Esses erros, ao menos no que diz respeito aos mais graves, foram os seguintes:

- *compreensão burocrática da responsabilidade pela edição.* Esse foi um erro grave que marcou profundamente o conjunto da revista. A responsabilidade pela publicação regular de PROPOSTA acabou-se tornando uma imposição que foi mal resolvida. Distribuíram-se tarefas, mas não se deu a devida importância à tarefa principal que era a *presença permanente junto aos trabalhos de base.* Os artigos eram definidos pela equipe de redação; as responsabilidades eram distribuídas; os prazos, estabelecidos. E, da mesma forma, eram definidos os temas dos números subsequentes. A idéia original de contato permanente junto aos agentes de base acabou sendo uma referência abstrata e,

mesmo quando alguns artigos resultaram do mecanismo pensado, tratou-se mais de iniciativa pessoal do que de mecanismo permanente de produzir a revista. Com isso, progressivamente, a revista passou a reproduzir bem mais as indagações da ETN da FASE do que as preocupações dos agentes de base e a experiência produzida no interior dos trabalhos de educação de base.

- *compreensão técnica da distribuição de tarefas e responsabilidades.* A atribuição de tarefas e responsabilidades no interior de uma equipe é imposição da busca de bom desempenho. Se as responsabilidades individuais não estão claramente definidas, as possibilidades de resultado global de boa qualidade já estão, de saída, comprometidas. Mas não basta distribuir tarefas e responsabilidades apenas como recurso técnico, como forma de racionalizar e dividir o trabalho. Se o mecanismo for este, todos participam, mas ninguém sabe, exatamente, do que participa. O resultado final resulta comprometido, pois a capacidade de colaborar de cada participante no processo de produção da revista, é sempre parcial e, por isso, limitada. Essa questão diz respeito tanto à equipe diretamente responsável pela edição de PROPOSTA quanto, principalmente, aos agentes. E nesse caso a questão é mais grave, na medida em que da sua participação adequada depende a capacidade de se produzir uma revista adequada. E na medida em que uma equipe é responsável pela proposta inicial, cabe a esta equipe dar o encaminhamento inicial adequado para que não se caia no erro apontado acima. É preciso que a definição da forma mais adequada de participação dos agentes de base na produção da revista venha a ser encontrada juntamente com esses agentes de base.

Essas as questões mais importantes que dizem respeito aos erros de produção. E é com base nesse quadro geral que se enfrenta o segundo ano de PROPOSTA.

## As alternativas

As alternativas decorrem da própria avaliação. O fato de se ter chegado a uma compreensão mais acurada da significação da revista, assim como a percepção dos erros cometidos, permite formular um quadro de alternativas. Os pontos básicos desse quadro de alternativas são os seguintes:

- intensificar a presença permanente junto a equipes de base ou coletivos de agentes de base para, através disso, transformar efetivamente a revista num instrumento a serviço destes agentes e produzido juntamente com eles. Mas é preciso que uma questão fique muito clara. Esses coletivos não serão coletivos a serviço da revista. Serão grupos de pessoas que discutem os *seus problemas*, formulando-os, analisando-os, colocando as suas indagações e suas respostas ao alcance de outros com os quais não têm outra forma de contato que não seja uma revista. Grupos, enfim, que, com a sua experiência sistematizada, participam de um amplo processo de sistematização da experiência coletiva, atualmente dispersa e fragmentada.
- redistribuir as responsabilidades, tanto no âmbito da equipe de redação, quanto no âmbito da Equipe Técnica Nacional da FASE, para que a proposição anterior se transforme, efetivamente, em prática rotineira e permanente e não dependa só de soluções eventuais e individuais, conforme tem sido o caso até agora.
- reabrir, intensificando-a, a discussão acerca do papel possível e necessário de uma revista desse tipo, através de mecanismo de tipo coletivo.

Conforme se vê, a questão central é a da prática coletiva. Estamos convencidos de que é este o caminho: intensificar a produção coletiva da revista, considerando-se como dado central a qualidade destes coletivos. Só assim se poderá encontrar uma resposta teórica e prática para a pergunta central que resultou da avaliação da equipe de redação: "É possível

fazer-se uma revista não tradicional através de mecanismos tradicionais de feitura de uma revista"?

*Jether Pereira Ramalho*

### Introdução

É importante ressaltar, inicialmente, que as observações aqui desenvolvidas são parciais e de certo modo precárias sobre aspectos parciais de experiências diversas que foram apresentadas em forma de relatórios, que naturalmente captam distintamente as experiências vividas.

Procurou-se evitar a tentação de generalizações, de visões globais e de afirmações completas.

Uma experiência recente como a das CEBs oferece um leque muito largo de características e possibilidades ainda pouco definidas, que irão sendo clareadas ao longo do tempo, coincidentes umas, contraditórias outras. Evidentemente, esse processo de amadurecimento não implica em taxativa eliminação de contradições, mas em superação de umas e fortalecimento de outras, o que é comum em todo processo social.

A experiência da CEBs é antes de tudo um processo, processo que tenta ou tem intenção de ser da "Igreja nascendo do povo", processo que vai se criando, amadurecendo, renovando-se sem estabelecimento de formas definitivas, ou quem sabe, já com certas tendências de buscar outras formas institucionalizadas que lhe retirarão ou diminuirão suas características dinâmicas.

Sua fase ainda iniciante - bem distinta em cada uma das localidades - tanto quanto seu caráter de processo só permitem análises que se queiram provisórias, dando conta de aspectos e questões com pesos relativos e variáveis, a cada momento e em cada lugar. Os pontos levantados são, assim, detalhes

---

(\*) Reproduzido da Revista SEDOC nº 9 - Editora Vozes.

presentes de forma explícita ou latente, ou ainda, sugerindo apenas outras questões sobre as quais vale estar atento, detalhes que podem negar ou parecer negar outros aspectos também presentes, destacados nestas ou em outras observações.

A precariedade dos elementos de que se dispunha e o caráter recente da experiência indicaram que se deveria optar apenas pela apresentação de alguns questionamentos que pareceram relevantes, evitando-se cair num certo julgamento triunfalista que uma experiência mais próxima do povo pode trazer, ou em uma visão negativista pelas ambigüidades e indefinições que a experiência está apresentando. A complexa situação social em que se vive está a exigir que se revejam certos tipos de julgamentos e que se tenha dose maior de humildade e reflexão frente a movimentos nos quais se pretende ter o povo como protagonista principal.

O importante é que as questões levantadas sejam refletidas por aqueles que vivem a experiência, assim como qualquer tentativa de resposta venha da parte dos que mais diretamente estão comprometidos com ela.

As observações que serão apresentadas, calcadas unicamente nos relatórios, para melhor compreensão giram em torno de três eixos de reflexão:

1. A prática da participação
2. A opção de trabalhar com o povo
3. Evangelho e vida. Reflexão e ação. Teoria e prática.

#### 1. A prática da participação

Um primeiro aspecto que se apresenta muito valioso é a prática das CEBs caracterizadas como uma prática de participação. Sem dúvida esse exercício participatório é de importância primordial na vivência atual da sociedade brasileira. E sabe-se como ele foi sistematicamente negado na realidade

(não nos discursos) durante longo período da história da Igreja, especialmente da Igreja católica.

O destaque a esse exercício de participação está muito presente em quase todos os relatórios:

- participação na reflexão, que deixa de vir pronta de "cima", da palavra do padre "transmissor da verdade";
- participação na organização material da Igreja com distribuição de tarefas da paróquia, que deixa de ser "propriedade exclusiva" do padre ou de seus escolhidos ajudantes imediatos;
- participação em algumas das funções do padre, compartilhando, de alguma forma, não só do ministério sacerdotal como do prestígio que daí advém ao padre;
- participação na escolha e no assumir de ações desenvolvidas fora da Igreja, relativas ao trabalho e vida social da população do lugar.

Mas não se pode tomar simplesmente como positiva a prática da participação em si mesma. Imediatamente algumas questões afloram como pertinentes, ligadas ao tipo de participação que está realmente surgindo e crescendo:

- uma participação de concordância? (neste sentido é muito interessante a observação do relatório de uma das comunidades, destacando a pedagogia de "treinar e acostumar o povo à discordância", "fazer perder o medo de dizer não");
- uma participação crítica?
- uma participação realmente criativa?
- uma participação efetiva nas decisões ou uma participação na consulta feita pelo padre ou pelos dirigentes para "legitimar" ou para "dar base" às decisões tomadas pela direção?

A maturação de uma "Igreja nascida do povo" feita pela participação real de suas bases nesse processo é sem dúvida um dos marcos mais definidores da experiência. Essa participa-

ção é substancial do ponto de vista da Igreja e ainda mais da perspectiva do processo social global.

As CEBs afinal se propõem a ser uma prática participatória no nível da Igreja ou da sociedade? Se em ambas, que não são totalmente separadas, a reflexão mais profunda do tipo e dos objetivos da participação torna-se mais necessária. Por isso é indispensável distinguir a cada passo, as marcas explícitas ou dissimuladas de uma participação "legitimadora" de um modelo não originário e não do interesse dessas "bases participantes", por um lado, e por outro lado, a detecção das marcas nascentes de uma participação efetivamente criadora de novas condições sociais.

## 2. A opção de trabalhar com o povo

Não se vai neste relatório entrar na discussão do significado mais rigoroso do conceito de "povo". As experiências das CEBs se situam junto às camadas chamadas populares e quase totalmente em zonas rurais e em bairros mais pobres das periferias das cidades, o que vai dar às CEBs uma certa identificação imediata com o povo pobre.

Esta é outra de suas dimensões valiosas. Estar com a maioria pobre da população é fundamental em qualquer tempo, para qualquer instituição que queira ganhar raízes na sociedade como um todo. Naturalmente que isso vai exigir um pouco mais do que uma simples atitude ingênua ou emocional de "estar com o povo". Estar com o povo para quê?

O processo das CEBs vai, aos poucos, delineando em cada uma delas, que interesses e portanto que participantes devem ser prioritários, como revelam alguns depoimentos: "Portanto, mais um grupo ia crescendo na capacidade de criticar e assumir, tanto mais os "sábios" se afastavam para dar lugar aos "Zé-ninguém". Procurou-se descobrir os motivos: para ser comunidade, tem que aceitar os outros como iguais, precisa co-

locar-se ao lado dos outros e ouvi-los; o próprio "saber" de alguém não pode mais ser um privilégio... Os "privilegiados" deveriam renunciar aos privilégios... Isso exige uma conversão que nem todos conseguem ou querem. Pelo contrário, os pobres sentem-se valorizados, dentro de uma comunidade, descobrem que também eles têm alguma coisa para dar. Também eles são pessoas que valem..."

Para a "Igreja da libertação", o povo pobre é seu lugar social privilegiado já que, constituindo a maioria da população, deve assumir o seu próprio projeto de libertação. Para o processo social brasileiro, em que as práticas populares de participação são tão restritas e escamoteadas, é de primeira importância essa dimensão popular das CEBs.

Vale detalhar um pouco algumas questões a partir das razões, das possibilidades, dos limites dessa realidade.

**predominância do rural. Por quê?**

As CEBs cujos relatórios são analisados, localizam-se predominantemente no meio rural. Algumas em periferias semi-urbanas das cidades. Há CEBs urbanas localizadas nos bairros pobres, mas em número reduzido e apresentando uma carga maior de dificuldades.

O argumento de que os pobres estão situados na zona rural é evidentemente precário, porque não é necessário ressaltar, por ser comprovada por todos, a pobreza da maioria da população das cidades, aglomerada em condições desumanas de vida. As CEBs urbanas se localizam, por vezes, nos bairros mais pobres, convivendo com uma população que, em sua maioria, vem do meio rural e tem "idade e costumes urbanos muito recentes", vivendo, entretanto, condicionamentos muito distintos daqueles do meio rural. Na cidade, vista como um todo, estão muito mais presentes o "progresso", a técnica, o consumo em larga escala, a multiplicidade dos serviços, dos agentes e dos meios de influência, a diversificação das ca-

madadas sociais e das relações de trabalho. Essa complexa realidade é sentida como dificuldade para as CEBs, como apontam alguns relatórios: "áreas urbanas de macro-indústrias, com toda a sua problemática de população flutuante, automação crescente, desemprego, aceleração demográfica, ritmo rápido de secularização, acentuação das diferenças de classe"; "a situação econômica melhorando para alguns, a mentalidade torna-se mais individualista"; "com a TV, o comodismo aumenta e a freqüência se torna difícil"; "o desenvolvimento técnico foi introduzindo um novo ritmo de vida que dificultou a regularidade do processo".

Para essa realidade as CEBs parecem ainda não estar preparadas ou, quem sabe, as características predominantes de seu trabalho não cabem nesse mundo industrial moderno, parte integrante da realidade brasileira.

Pensando na predominância e na facilidade maior das CEBs rurais, vale perguntar:

- Os bispos que apoiaram a experiência têm dioceses sobretudo rurais?
- Os padres e leigos que se dispuseram a animar a experiência estão nas zonas rurais? E por que não os que estão nas zonas urbanas?
- Não estará a Igreja mais marcada por um trabalho afeito a uma sociedade de características mais rurais, onde as outras forças que nela atuam não são tão numerosas e tão fortes, possibilitando seu predomínio?
- Não estará a experiência das CEBs também marcada por um "estilo rural" na convivência social e nos valores assumidos?
- Em que medida se pode afirmar que as experiências urbanas transplantam a "maneira de ser" das CEBs rurais para a cidade?
- Querendo reagir ao "tradicionalismo da Igreja", a experiência das CEBs está consciente de que a chamada

"sociedade tradicional" está desaparecendo, sobretudo nas cidades?

- Como está sendo incorporada a experiência das CEBs toda a complexidade da composição social diversificada nas cidades, atingindo os bairros mais pobres?

A preocupação com estas questões aparece em alguns relatórios, indicando a busca de novas pistas: "na área rural, o trabalho respira melhor, sobretudo nos lugares livres de quaisquer montagens institucionais"; "nas áreas urbanas mais populosas, as transformações sociais estão exigindo a descoberta de outras formas comunitárias"; "esta equipe não é uma comunidade de base: corresponde, antes, a um grupo de tipo urbano".

**vida e trabalho** Dentro do próprio conceito de comunidades está de certa forma implícito que a ação da comunidade se faz porque os seus participantes têm interesses comuns. Aqui talvez resida um dos problemas mais sérios com que as CEBs se defrontam.

- Quais são os interesses principais do povo que constitui a comunidade?
- A partir de que referência são identificados esses interesses comuns?
- Em que medida esses interesses estão colocados no nível da vizinhança ou no nível do trabalho?
- O que fazer quando os interesses não são comuns?
- Que aspectos da problemática social são objeto de reflexão?
- Que ações no plano social têm sido suscitadas e animadas pelos participantes das CEBs?

Há certas indicações nos relatórios de que se faz uma perigosa separação entre "vida" e "trabalho". A "vida" não parece envolver o trabalho regular das pessoas. Então, as ações que surgem ficam predominantemente no plano da solidariedade, da ajuda mútua, da melhoria de situações mais ime-

diatas, na perspectiva da auto-promoção. São citados vários exemplos de "serviços comunitários": grupo escolar, mutirão habitacional, trabalhos de higiene e saúde, cursos, horta conjunta, construção de capela, limpeza de açude, associação de bairro.

- Que valor é dado a esses trabalhos?

Duas posições estão sugeridas nos relatórios:

- "tornar a comunidade capaz de resolver seus próprios problemas";
- não estará escondida aí a idéia, amplamente difundida em nossa sociedade, de que o esforço pessoal - e comunitário - resolva os problemas de má situação de vida?
- "o povo fazer experiência de sua capacidade";

Não será este o ganho fundamental do trabalho baseado na "força da união", na ação conjunta? Nesse sentido, as ações que são empreendidas têm muito mais a dimensão de oportunidades do exercício dessa capacidade. A pergunta que deve ser feita permanentemente é:

- Que atividades são mais capazes de permitir esse exercício?

Por outro lado, é importante observar que são poucas as iniciativas ligadas aos problemas de trabalho. Não são trabalhadores a maioria dos participantes das CEBs? Destaca-se que não há, quase, referências ao trabalhador assalariado, na sua condição de classe, nem na zona rural nem na zona urbana (um relatório indica que nas grandes propriedades a "CEB quase não pode existir").

Algumas questões ficam em aberto:

- Que fatores determinam essa ausência?
- Qual a real presença e participação de assalariados, nessa categoria e não como vizinhos, nas CEBs?
- Que significação tem sido, na reflexão dos grupos, a condição de assalariado?

- Nas CEBs urbanas, que problemas são característicos dos assalariados dispersos na multiplicidade dos serviços?
- Que problemas são específicos dos assalariados na indústria?

O trabalho produtivo, a produção propriamente dita - setor que se sabe o mais fundamental da sociedade e definidor das características econômicas da comunidade - parece pouco presente nas preocupações. Entre as iniciativas citadas nos relatórios, duas peculiaridades chamam a atenção: situam-se no meio rural e não se estabelecem com trabalhadores assalariados.

As indicações de ação apontam: cooperativa, compra de insumos e venda conjunta da produção, mutirão, campanha de novas culturas, farinha, atuação conjunta face ao problema de uso da terra - e se desenvolvem com trabalhadores posseiros e pequenos proprietários autônomos, categorias predominantes em certas regiões e, sem dúvida, uma parte muito pobre da população rural.

Como é sabido que essa faixa de trabalhadores concentra uma das problemáticas sociais predominantes no mundo rural, com os conflitos conhecidos de posse e uso da terra, a dinamização das CEBs com trabalhadores rurais autônomos é de bastante importância.

### 3. Evangelho e vida

Ligar o Evangelho com a vida parece ser o ganho maior, apontado em tantos depoimentos das CEBs: "Ler o Evangelho e pôr em prática". Os testemunhos são significativos: "Nós passamos a entender que a Igreja somos nós mesmos; nós, quando procuramos a melhoria das nossas condições, da nossa comunidade, do povo enfim".

Só o fato de serem discutidos, nas reuniões da Igreja os problemas concretos das pessoas presentes, já constitui um impacto forte e fértil que pode ser mobilizador da participação popular. Transbordar esse "refletir bíblico colado à vida" na ação, é passo inevitável, se a realidade da qual participa o grupo for de fato revolvida. Evangelho e vida não são realidades estanques, reflexão e ação são passos interdependentes de um mesmo processo.

A prática das CEBs tem caminhado nessa perspectiva, com descobertas e questionamentos que merecem reflexão:

- A prática das CEBs tem tido como dimensão principal a transformação da realidade social?
- Ou o aspecto dominante é uma transformação no interior da própria Igreja? - É concretizar o "servir" ao povo, ou é fazer as comunidades participarem da Igreja?

A questão pode parecer improcedente, vista a perspectiva acima, mas ela surge da leitura atenta dos relatos da experiência e se desdobra em vários aspectos:

ação e reflexão

A questão do peso ou da ênfase dada à reflexão ou à ação está muito presente nos relatórios. Como se relacionam as atividades ou grupamentos organizados *em função* da reflexão - círculos bíblicos, grupos do evangelho, celebração da palavra, conselhos, encontros, cursos - com as conseqüências dinâmicas dessa reflexão na prática social dos participantes?

As atividades mais explicitamente organizadas pela Igreja, além do culto propriamente dito, estão sempre mais ligadas à reflexão. A ação sobre o social não é "propriedade" da Igreja. Há outras forças tão ou mais importantes do que ela que estão presentes nesse campo. Mas se isso é verdade, também é certo que os cristãos que "se nutrem com a reflexão e a celebração do evangelho" têm como responsabilidade também sua ação no social e não só no interior da Igreja. Nesse

sentido esse campo de ação é preocupação explícita das CEBs.

A inserção do Evangelho na vida se concretiza, portanto, na ação dos cristãos na sociedade, junto com outras pessoas de seu meio. Isto se observa tanto na ação individual de solidariedade com um amigo, um vizinho, um companheiro de trabalho, como e sobretudo, na ação social de um conjunto de pessoas com interesses comuns atuando na realidade para transformá-la.

Alguns relatórios são muito significativos nesse ponto: "A palavra libertadora ainda está a uma grande distância da ação libertadora"; "a pedagogia é opressora enquanto a Palavra está desligada da ação".

Certos questionamentos parecem pertinentes para esclarecer melhor a experiência:

- Em muitos casos, a motivação para diferentes ações não se dá mais em função da vida da própria CEB ou de novas CEBs - novas reuniões, encontros maiores, novos círculos, festas, organização material da paróquia, cursos de formação de dirigentes - do que em função da transformação social da qual deve participar o cristão?
- Haverá entre os responsáveis pela experiência das CEBs a compreensão clara de que a "formação" dos "agentes de pastoral", dos "dirigentes" ou dos cristãos em geral se faz sobretudo pela reflexão de sua prática social?
- Em que medida a reflexão que tem se desenvolvido nas CEBs se liga não só à "vida" - no sentido de pôr em comum os problemas de cada um e do meio em que vivem - mas à ação no sentido de uma atuação conseqüente para a superação desses problemas?
- Será freqüente o risco de cair numa "reflexão de constatação" das "distâncias entre o ideal evangélico e a realidade concreta", que leve a considerar o

evangelho como um modelo estático, menosprezando sua dimensão histórica?

reflexão sobre a vida e sobre a realidade

Certamente aqui se encontra um elemento importante a ser considerado. A análise da realidade não é algo que se faz tão simplesmente. Vai exigir uma certa metodologia que seja capaz de desvelar o real, descobrindo certas formações estruturais complexas. A leitura do relatório levanta algumas perguntas:

- Qual o conteúdo da reflexão sobre a realidade e em que nível ela se faz?
- Bastará o relato vivo das experiências de cada participante?
- É suficiente a composição de um quadro com fatos que exprimam fortemente a pobreza, a inexistência ou a má qualidade dos serviços, a situação da terra, o desemprego, a opressão, a injustiça?
- Tem-se uma visão completa fazendo uma pesquisa que indique dados mais amplos sobre a região?

Os depoimentos dos relatórios indicam: "tem-se como base a história do povo da região e como objetivo levar os grupos a desenvolver seu senso crítico, tomarem conhecimento da realidade, se capacitarem para analisá-la e se tornarem sujeitos de mudança social" ou "ainda não se chega a descobrir as causas da opressão social. Não há uma pedagogia que permita ao povo tal análise".

Certas questões parecem válidas nesse ponto:

- Será que o exercício de procura das causas e sua análise tem estado presente na prática das CEBs?
- Tem-se a visão clara da necessidade de se conseguir um quadro estrutural global para a compreensão mais correta dos pequenos e grandes fatos vividos pelos participantes do grupo?
- A compreensão da história não será indispensável para viver hoje e ter perspectivas para o amanhã?

- A falta de análise de um quadro mais global fazendo apelo a estudos mais amplos, não levará a ação a se restringir a limites muito imediatos?

uma questão pedagógica?

Alguns relatórios dão a entender que as CEBs são um mecanismo de descentralização da Igreja. Essa descentralização teria como motivações principais: o número cada vez mais reduzido de padres; a distância criada entre a Igreja e a grande massa da população nos diversos níveis sociais; a separação entre a prática tradicional da Igreja e a vida prática da população.

- O que significa essa "descentralização" e que caráter tem?
- Que interpretações podem surgir e, conseqüentemente, que orientações podem decorrer dessa questão se ela não for melhor explicitada?

Para quebrar a distância Igreja-população as CEBs teriam surgido como um "método de aproximação". Ir morar mais próximo, descobrir elementos com quem repartir tarefas, não propor nada, mas deixar ser sentida a necessidade do padre e das práticas da Igreja, não sacramentalizar nem apresentar fórmulas prontas de verdade, mas levar o pessoal a refletir e descobrir, formar grupos de reflexão - esses todos seriam passos necessários para efetivar a presença da Igreja no seio da população.

A que questões pode levar essa perspectiva sobretudo se tomada isoladamente?

a) Uma superestimação das questões de "método"

- A relação Igreja-povo se reduz a uma questão de "método"?
- Há uma preocupação grande de busca de uma pedagogia adequada. Adequada a quê?
- É suficiente descobrir linguagem e formas novas para que a presença da Igreja seja libertadora?

É claro que o problema pedagógico não pode também ser minimizado. "As maiores dificuldades residem na maneira prática de encaminhar a ação pastoral; o método é decisivo para o trabalho". Esse depoimento completa-se com este outro: "o pessoal teve dificuldade em distinguir o "conteúdo" de sua experiência eclesial da "forma pedagógica" através da qual lhe foi permitido viver tal experiência". Ou seja, a questão pedagógica é de primeira importância, mas ela não se dissocia do conteúdo, do objetivo que se quer atingir, da perspectiva global do trabalho.

Os relatórios testemunham boas descobertas e avanços nesse aspecto, no meio das muitas dificuldades. Neste plano, a troca de experiências e reflexões é o caminho mais fértil. Alguns depoimentos:

- "o homem do campo tem capacidade para refletir mas não tem costume: leva tempo para desenvolver esta capacidade" (não estará aqui uma falta de compreensão da forma como o homem do campo *expressa* sua reflexão?);
- "a reflexão da realidade e da ação antes, durante e depois, levou a uma visão mais ampla da realidade e a um alto nível de consciência";
- "por nossa parte - agentes de pastoral - é constante a tentação de empurrar demais, de oferecer soluções, de conseguir tudo rapidamente. É sempre presente o perigo de julgar a partir de nossos critérios, que não são os do povo";
- "o povo humilde gosta de fazer visitas. Por que, então, não aproveitar esse valor?";
- "usou-se toda forma de consulta ao povo... mesmo que fosse para tomar decisões de não muita importância";
- "palavras novas, nova maneira de apresentar... já não podem esconder o fato de que alguns ao usar isso fazem repetição e propaganda";
- "nossa prática revela algumas características opressoras, na medida em que há um certo dirigismo que

corre o risco de abafar a voz do povo, não deixando que este assuma a animação da comunidade".

#### b) Modernização da Igreja?

Com a chamada "modernização" da sociedade brasileira, alguns setores da Igreja ficaram um tanto impressionados com que a sua instituição não estivesse acompanhando o ritmo e o estilo da sociedade. Diversos esforços foram efetuados nesse sentido, como a liturgia, a aparência externa dos padres, a racionalidade da burocracia eclesiástica, os meios de comunicação social, etc. Sabe-se, entretanto, que modernização não significa necessariamente mudanças mais profundas, sendo quase sempre o aperfeiçoamento de velhas estruturas. Às vezes chega-se a pensar que as CEBs representam uma forma de "modernização" da ação da Igreja. Valeria a pena então pensar no real significado da modernização e em que níveis ou aspectos ela se dá, na experiência que se está analisando.

Parecem válidos questionamentos como estes:

- Trata-se de vestir conteúdos antigos com roupagens novas?
- Trata-se da manutenção das mesmas características da instituição Igreja espraiadas a nível de base ("a Igreja criando raízes ou mundo moderno")? Várias questões estão implicadas neste ponto, mas o aspecto a refletir agora é: em que medida a experiência das CEBs se desvincula do modelo institucional da Igreja?
- Considerando que as CEBs são estruturas de Igreja, como poderão elas isentar-se de um tipo novo de triunfalismo em seu relacionamento com o restante da população que não participa delas? Por outro lado, o maior desenvolvimento das atividades das CEBs é alcançado com os grupos que têm sido quase que sistematicamente marginalizados do processo de "modernização" da sociedade brasileira. As condições reais de vida destas populações, na medida em que não são com-

preendidas racionalmente em suas causas mais profundas, têm sido o solo fértil em que frutificam todas as manifestações religiosas populares, quase sempre mobilizando grandes massas. Na medida em que valorizam o compromisso pessoal de seus membros, as CEBs têm se afastado da religiosidade das grandes massas populares. Ultimamente, para superar este impasse, tem havido a preocupação de se dimensionar novamente o significado da religiosidade popular dentro de uma prática de pastoral libertadora. Torna-se, portanto, de fundamental importância perguntar-se:

- Como as CEBs têm enfrentado e em que medida têm procurado superar as ambigüidades existentes entre a "modernização" que representariam e a marginalização crescente dos grupos sociais onde recrutam a maioria de seus integrantes que resulta do processo de "modernização" da sociedade brasileira?

**agentes de pastoral** Se a falta de padres representou motivação de peso para a descoberta de novos mecanismos de presença da Igreja, a formação de agentes de pastoral em diversos níveis, dirigentes, coordenadores de grupos ou de CEBs pode guardar algumas marcas dessa origem. Nesse sentido, equivaleria à multiplicação da ação tradicionalmente atribuída ao padre. A maioria dos papéis que antes eram monopólio do padre seria então compartilhada com leigos.

Vale a pena refletir sobre a presença do dirigente na experiência: Serão encontrados alguns traços dessa "herança"?

a) A anterior "indispensabilidade" do padre e a atual "indispensabilidade" do dirigente

Nesse caso apenas está se fazendo uma transferência de direção. Assim a "base" ou a "chave" do trabalho seria o extensor do padre, o dirigente. Toda a velha estrutura seria man-

tida acrescentando-se mais um elemento na cadeia. Não haveria quebra na hierarquização, nem na verticalidade da estrutura de poder. Alguns relatórios dão indicações a esse respeito e de forma bastante lúcida: "a organização recaía muito sobre a pessoa do dirigente"; "os responsáveis são muito dedicados mas ainda com uma liderança centralizada, sobretudo nos interiores"; "as comunidades mais pobres em reflexão e criatividade são aquelas que receberam como principal animador uma pessoa de fora".

#### b) Certa "elitização" dos dirigentes

Um dos perigos que pode levar à supervalorização dos dirigentes e/ou coordenadores, reflexo talvez das características elitistas da formação e presença dos padres, é a formação de um número maior de "mini-padres".

Algumas pessoas podem incorporar uma certa superioridade pela nova posição de destaque que passam a ocupar e se distanciam da comunidade eclesial e o que é ainda mais grave, do grupo social a que pertencem. O ser "dirigente" ou "coordenador" passa a ser elemento de "status", reproduzindo no interior das CEBs certos mecanismos elitistas que caracterizam o processo social brasileiro, que obviamente é muito mais global e determinante do que aquele que se dá no interior da Igreja.

Certas perguntas podem ser feitas:

- Quais os critérios observados para a condução de alguém à liderança das CEBs?
- Quais os processos que se seguem na escolha dos seus dirigentes?
- Quais as características das lideranças surgidas dentro das CEBs?
- Que providências têm sido tomadas a fim de se praticar uma liderança de estrutura democrática?

O que dizem os relatórios a respeito desses questionamentos:

- "o dirigente é a pessoa que aceitou a missão de tomar conta de um setor";
- "o dirigente na maioria dos casos não é do bairro";
- "auto-suficiência dos líderes quando começam a adquirir posição".

#### c) Poder de decisão dos dirigentes

A elitização dos dirigentes e talvez o reflexo de seu caráter de "representante" do padre, na prática lhes dão demasiado poder de decisão e de influência, contrariando aquilo a que se propõem as CEBs, que tentam criar raízes nas decisões comunitárias. Isso vai se verificar principalmente nos lugares mais isolados. Os relatórios apontam "um certo proselitismo por parte dos coordenadores"; "as reuniões mensais (dos dirigentes) são bastante dirigidas; tentamos encaminhar um processo já refletido entre nós".

Uma análise interessante sobre este ponto é apresentada no relatório de uma experiência, onde se discute a imagem de "padre-patrão" e do "padre-modelo".

Os relatórios também sugerem práticas que tentam superar algumas dessas dificuldades: "Para não cair vítimas de uma eventual nova vontade monopolizadora de algum líder, procurou-se fazer com que nenhum serviço, nenhuma atuação estivesse ligada apenas a uma pessoa".

Vem de depoimentos de base a proposta do trabalho amplamente participado, com a perspectiva de que a ação da Igreja, finalmente, pertence a todos os seus membros: "agentes de Pastoral são todos"; "todo mundo é evangelheiro"; "isso é que é Pastoral".

#### 4. Observações finais

A experiência das CEBs é ainda bastante recente para que de-

la se possam retirar conclusões mais definitivas. Deve ser encarada como um movimento que se deflagra ou como um processo que se inicia, e que dependendo do seu desenvolvimento pode levar a caminhos bem diversos.

Sendo uma iniciativa da Igreja, voltada especialmente para as camadas populares, e ainda cheia de ambigüidades, pode ser um novo instrumento de legitimar a própria sociedade global na medida em que não for capaz de entender a verdadeira raiz da problemática com que se defronta.

Pretendendo representar um caminhar do povo, pode se constituir em uma forma mais moderna de manipulação desse mesmo povo, tanto para a Igreja como para a sociedade que se quer modificar.

Pode significar, entretanto, pistas muito ricas de trabalho, já que assumindo que o povo é elemento principal na construção da sociedade e da própria Igreja, pode se constituir em um avanço significativo na busca de formas participatórias e de ação conjunta desse mesmo povo.

As observações contidas neste trabalho, calcadas em relatórios de experiências muito distintas e apresentadas de forma diversa, devem ser encaradas como uma simples e despretençiosa contribuição para a compreensão de uma experiência que se vai estendendo em todo o Brasil.

Ademar Andrade Bertucci

## I - A constatação do problema

Insiste-se muito, atualmente, na importância da reflexão, junto aos grupos de base, sobre a sua própria prática. A reflexão sobre a atividade do grupo e a sua relação com a sociedade permitiria um processo de aprofundamento, que é o Processo Educativo ou a "conscientização" dos participantes do grupo. Tal processo, que compreende os dois aspectos (ação-reflexão), ampliaria a compreensão social do grupo...

Entretanto, *na prática, a teoria é outra!* Isto é, há muita dificuldade e muitos desvios (talvez mais cômodos, diante das dificuldades) na orientação de um Processo Educativo junto a grupos de base que leve em conta a importância fundamental do binômio Ação-Reflexão.

Quase sempre o problema se localiza já no início do processo de grupalização. E aparece sob duas formas:

- a - Ou não se cria nenhuma condição, junto ao grupo iniciante, para qualquer tipo de reflexão;
- b - Ou as reflexões propostas aparecem desligadas da própria prática do grupo iniciante.

primeiro  
caso

a - No primeiro caso (de não se criar nenhuma condição para a reflexão) os exemplos mais comuns estão relacionados com as tarefas principais nessa etapa primeira de grupalização: quer sejam as preocupações mais imediatas na solução de problemas sentidos e que deram origem ao grupo (o caso de Reivindicações, por exemplo), quer sejam as preocupações de "estruturar" o grupo, sua organização, seu fun-

cionamento (os treinamentos iniciais para organização comunitária, por exemplo). Tais situações, insistimos, numa primeira etapa de grupalização podem assumir o primeiro plano: o da luta pela solução de problemas imediatos, ou da consolidação de uma estrutura mínima de grupo que permita seu desenvolvimento ulterior. Mas não podem tornar-se as tarefas únicas e exclusivas! O risco é iniciar uma grupalização numa linha que não comporta como *norma grupal* as reflexões, os aprofundamentos, mesmo mínimos, mas necessários. Uma consequência desse tipo de orientação é o *Círculo Vicioso* em que caem os grupos que entram no ativismo de sair de um "problema sentido" (por vezes mal solucionado, quando solucionado) para outro "problema sentido", sem ter esgotado os ganhos mínimos de compreensão social, parcelada e limitada é certo, mas necessária até mesmo para que o grupo possa dar um passo em vista de objetivos menos imediatos. E é o *Círculo Vicioso* ainda imperando em grupos extremamente preocupados com sua *organização interna*, com a deficiência no desempenho de tarefas administrativas ou de coordenação, achando que precisam de mais "treinamentos", como fórmula mágica para solucionar os problemas que nem sequer foram aprofundados.

segundo  
caso

b - No segundo caso (em que as reflexões aparecem desligadas da prática do grupo) podemos descrever dois tipos muito comuns de abordagem de temas para reflexão:

1º - Os programas de reflexão em torno de "Valores Universais", princípios genéricos da Vida Comunitária, o Amor, a Fraternidade, a União, a Amizade, a Importância do Outro. Tais reflexões, encontradas especialmente em determinados tipos de grupos de mães, clubes de jovens ou Círculos Bíblicos, correm o risco de se tornarem apenas jargões vazios de significado real ou enfatizarem demasiadamente os valores mais relacionados às relações inter-

peçoais, de caráter psicológico e subjetivista. Nessa abordagem de temas tão genéricos, desligados da prática do grupo, se encobrem as relações sociais que dificultam a realização de tais valores e se incriminam indivíduos (do grupo) por não os assumirem. Ao se deterem na análise da árvore que está diante dos olhos, não descobrem a floresta que está atrás dela e que lhe deu origem...

- 29 - Os programas em torno de temas de "Conscientização", "Realidade", "Direitos". Por mais que tais temas possam ser causa-última e interferir nas condições de vida dos participantes do grupo, em muitos casos sua reflexão é ditada mais pelas preocupações do seu orientador, do que pelas necessidades sentidas através da prática do grupo. Como tais temas são abordados sem critérios de percepção das etapas do Processo Educativo, eles escapam à possibilidade de intervenção ou participação do grupo. E o resultado desse tipo de reflexão é quase sempre a transferência, para o grupo, de uma linguagem aparentemente crítica onde eles reproduzem a linguagem e a "visão" do orientador. Sem ter assimilado conceitualmente - a assimilação supõe um mínimo de atividade prática, pesquisa e reflexão em torno do palpável - o grupo passa a falar de uma "realidade", de um "povo", como se ele, o grupo, estivesse olhando do lado de fora. Outro resultado, não menos pior, é que a constatação de uma realidade esmagadora, diante da qual o grupo ainda não descobriu respostas ao seu nível de atuação, ou sequer fez as relações possíveis com sua prática limitada, os levará ao desânimo, à frustração e até mesmo ao medo de conseqüências de qualquer mínima ação que eles começam a interpretar nas suas cabeças "conscientizadas" como tendo conotações seriamente perturbadoras da ordem imposta.

## II - A necessidade de critérios de Referência.

Essas são as formas sob as quais aparecem as dificuldades para se realizar um processo de Reflexão, junto aos grupos de base, que seja conseqüente e eficaz.

Diante dessas constatações, que não desmerecem o valor das formas, quando oportunamente realizadas, se levanta a necessidade de ordenar critérios que pudessem servir de base para a elaboração de subsídios que auxiliassem as reflexões de grupos.

Como os subsídios, enquanto recurso a ser utilizado nas reflexões, só se tornam eficazes na medida em que se aproximam da realidade do grupo, seria desejável que fossem criados, conforme a necessidade dos grupos, pelos próprios orientadores. Nesse caso, o mais importante é se ordenarem alguns critérios básicos que pudessem servir de referência para a elaboração desses subsídios.

Com base em algumas experiências comunitárias e em algumas tentativas de sistematização de sua reflexão, foi possível observar alguns critérios que deveriam ser levados em conta:

- Os princípios pedagógicos que orientam qualquer trabalho educativo de base. (o processo de grupalização, os objetivos imediatos, a autonomia do grupo, as etapas, as articulações, etc.)
- O relacionamento dos fatos do texto com a prática do grupo.
- A transferência de princípios e comportamentos de liderança de base.
- O relacionamento da prática grupal localizada com a realidade mais ampla.
- A transferência de um mínimo de instrumental de análise da sociedade.
- A apresentação de situações não lineares e nem solucionadas, para permitir a criatividade e aguçar a logicidade do grupo na reflexão.

É bom insistir em que tais critérios são pontos de referência para o orientador formular os subsídios ou utilizá-los convenientemente e não para o grupo de base. Portanto, não estarão necessariamente explícitos; cabe aos orientadores detectá-los.

### III - Uma experiência

Partindo da experiência da elaboração de um texto utilizado, seguimos o seguinte esquema de reflexão:

- 1 - Constatação de uma situação problematizante.
- 2 - Levantamento, com o grupo, de opiniões sobre a situação.
- 3 - Apresentação da "estória-chave" ressaltando dois aspectos:
  - . o que se pretendia e os resultados aparentes;
  - . a atuação dos personagens-chave, mostrando disfarçadamente suas contradições.
- 4 - Levantamento de opiniões do grupo sobre a "estória" e seus personagens.
- 5 - Relacionamento da "estória" com a situação-problema, conclusões e aplicação na prática.

A situação-problema: falta de participação do povo nas atividades comunitárias. Essa situação foi revelada a partir de um grupo de lideranças comunitárias de uma mesma área e sua reflexão foi dividida em algumas reuniões, seguindo o esquema proposto acima.

- 1 - A constatação surgiu a partir da questão:  
Quais as maiores dificuldades que suas comunidades enfrentam?  
O problema da maioria era a falta de participação do povo na comunidade.

- 2 - As opiniões levantadas em seguida foram organizadas sob 2 ângulos:
  - a - A culpa do próprio povo (individualismo, desconfiança, atraso, comodismo, só quer saber de coisas já prontas, etc.)
  - b - A nossa culpa (dificuldades de comunicação com o povo, pouca organização, fechamento do grupo, não compreensão dos motivos que impedem o povo de participar).

Em seguida, se aprofundou, tentando compreender as causas que levam o povo a não participar, sobretudo em relação ao item a: *Porque o povo é assim.*

- 3 - A "estória-chave": *"Como criar condições para o povo participar"*  
*As festas no J. Córrego Azul*

O grupo comunitário do Jardim Córrego Azul pensou em realizar uma QUERMESSE pelos seguintes motivos:

- O povo precisa de diversões e no bairro não há nada! A quermesse será uma resposta para essa necessidade do povo.
- A preparação e a realização da quermesse vai contar com muita gente. Isso será um bom motivo para aumentar a participação de pessoas no grupo.
- O dinheiro que será arrecadado poderá ser usado para:
  - . Consertar a ponte de madeira do Córrego que separa o Jardim e que caiu com as últimas chuvas.
  - . Comprar madeira e fazer bancos e mesas para o curso de alfabetização de adultos que a ALICINHA, participante ativa do grupo, irá começar no próximo mês.

Pois bem, o grupo conseguiu definir muito bem os objetivos da festa e envolver novas pessoas nas tarefas de sua realização. O povo compareceu em massa, trouxeram muitas prendas e o local da quermesse ficou lotado!

*E quantas pessoas novas ajudaram mesmo na quermesse?* Prestem bastante atenção nas pessoas, no que elas são e no que fizeram:

D. Esmeralda, D. Emília e Eliza D. Esmeralda, dona Emília e a Eliza foram convidadas para prepararem e venderem churrasquinhos. D. Emília e a Eliza *não sabiam ler*, mas eram ótimas cozinheiras. D. Esmeralda ficou fazendo o troco da venda dos churrasquinhos. Quando terminou a quermesse, a ALICINHA (aquela participante ativa do grupo) elogiou os churrasquinhos das 3 mulheres e convidou-as para participarem das reuniões do grupo.

Seu Ernesto, Paulo e Chiquinho Seu Ernesto, Paulo e Chiquinho ajudaram na construção das barracas, pois eram *ótimos carpinteiros* e estavam muito animados por terem sido chamados para colaborar. Mas a ALICINHA só convidou o Seu Ernesto para ajudar a fazer os bancos e as mesas do Curso de Alfabetização, do qual seria Monitora. Ela pensou que esse trabalho iria exigir algumas noites, e o Seu Ernesto morava perto do Centro Comunitário, *do lado de cá do córrego*. Já o Paulo e o Chiquinho *moravam do lado de lá do córrego* e tinham que dar uma volta muito grande, quando vinham do trabalho à noite, para chegarem até as suas casas. Por esse motivo ALICINHA achou melhor não convidá-los. Mas avisou aos três a próxima data de reunião do grupo comunitário.

Seu Manoel e Seu Juvenal Seu Manoel, dono da mercearia ao lado do Centro Comunitário, onde foram compradas as bebidas da quermesse, e o Seu Juvenal, dono da Casa de Material de Construção, onde foi comprada a madeira das barracas, foram ambos convidados para "gritarem" o leilão. Seu Manoel não pôde ir, porque no dia da quermesse a mercearia ficou aberta até mais tarde aproveitando o movimento do povo. Mas ele procurou a ALICINHA para saber das datas das reuniões do grupo e para se prontificar a abrir a mercearia nas noites em que houvesse aula do Curso de Alfabetização. ALICINHA vibrou emocionada com tanta ge-

nerosidade e ficou imaginando seus alunos vindo direto do trabalho e tendo onde fazer um lanche. Mais do que depressa deu as datas de reunião para o Seu Manoel.

O Seu Juvenal colocou-se à disposição para "gritar" outros leilões e lembrou ao pessoal da quermesse que, nas próximas eleições, seria candidato a vereador. ALICINHA aproveitou para pedir-lhe que vendesse a madeira para os bancos e mesas do curso, a prazo, que os seus alunos votariam nele. Convidou-o também para as reuniões do grupo.

Essas são as novas pessoas que ajudaram na quermesse.

4 - Opinião sobre a "estória" e seus personagens.

Quais daquelas pessoas o grupo acha que passaram a participar das reuniões? Por quê?

Rever cada conversa que a ALICINHA teve com cada um. O que o grupo achou de suas atitudes? Ver o que foi positivo ou negativo.

5 - Relacionamento da estória com a situação-problema e conclusões para a prática do grupo.

Como levar o povo a participar?

A quermesse juntou muita gente. Mas o que fazer para aumentar a participação constante das reuniões do grupo?

Nem sempre será todo o povo que irá participar mais constantemente. Será um grupo de pessoas mais "despertadas" e "dispostas", que representam realmente a maioria do povo.

Na estória e nas atitudes da ALICINHA, percebe-se as seguintes idéias:

. *Toda atividade comunitária deve:*

- partir das necessidades sentidas pelo povo.
- responder (dar soluções, ou encaminhar) ao que o povo espera.

- aproveitar tudo o que cada pessoa sabe fazer e as suas qualidades.
  - atender aos interesses da maioria.
  - evitar as "panelinhas" que querem isolar-se do povo.
  - evitar as "panelinhas" dos que querem projetar-se e "aparecer".
  - evitar as "panelinhas" dos que têm interesses pessoais (comerciais ou políticos), que não representam a maioria.
- . *O papel da liderança comunitária:*
- saber transformar as atividades mais imediatas, exigidas pelo povo, em atividades que favoreçam o maior crescimento do povo.
  - saber distinguir no meio da massa (o grosso do povo), que se detém apenas nas atividades mais imediatas, as pessoas que têm mais disposição e condição de se tornarem também responsáveis pela comunidade.
  - saber acompanhar essas pessoas "despertadas" no seu dia-a-dia, mais de perto, para formar com elas a frente da comunidade.

#### IV - Outras Estórias-Chave, a Título de Ilustração

Seguem, a título de ilustração, alguns outros textos de estórias-chave enviadas a partir de situações bem concretas vividas pelos grupos. Elas têm o seu valor, enquanto situações-problema bastante próprias de etapas ou circunstâncias pelas quais os grupos de periferias urbanas em geral passam:

- 1 - A NOITE DOS VIZINHOS
- 2 - POR QUE A IGREJA MUDOU TANTO? (com texto para o orientador)
- 3 - MODA DE VIOLA AGORA É MODA! (com texto para o orientador)
- 4 - E DEPOIS DAS ELEIÇÕES?

## 1 - A noite dos vizinhos

Enquanto o povo reunido aqui dentro do galpão de madeira discutia seus problemas, lá fora as crianças brincavam. Eram mais de 40 crianças em torno da Marta, uma jovem participante da comunidade. Ela estava cuidando das crianças para que os pais pudessem participar da reunião. E tinham vindo muitos adultos, quase 100 pessoas!

Todos eles haviam sido visitados por pessoas do grupo comunitário. Nessas visitas a conversa girava em torno dos problemas do bairro, sobre o que pretendia o grupo comunitário, principalmente sobre como cada um dos moradores poderia colaborar.

Não era dinheiro que pediam. Nem mesmo para se tornarem "sócios" da comunidade. A comunidade, diziam, é de todos os moradores. O mais importante é cada um participar e colaborar nas soluções dos problemas com o que sabe fazer, com o que pode fazer!

O resultado dessas conversas levou o grupo comunitário a planejar uma "Noite de Vizinhos".

Nessa noite seriam debatidos os principais problemas levantados nas visitas. Os moradores presentes seriam divididos em grupos por interesses. Em cada grupo se reuniriam as pessoas mais interessadas num tipo de problema. Em cada grupo ficaria um participante mais ativo da comunidade.

Era intenção do grupo comunitário atacar 4 problemas percebidos nas visitas: o nivelamento das ruas, o lixo nas ruas, o tratamento das águas de poço, o problema de doenças infantis.

Como motivar os convidados a participarem

Foram os mais jovens que sugeriram:

- Faremos um teatrinho logo no início, apresentando uma família que sofre todos esses problemas que queremos atacar. Quando a família conversar sobre os problemas, perguntará aos vizinhos, isto é, à platéia se ela percebe também tais problemas.

Dito e feito! A pecinha de teatro animou os vizinhos a participarem mais ativamente de cada grupo. Eles contavam fatos, davam sugestões de como resolver e se comprometiam a colaborar. O participante da comunidade, presente em cada grupo, cuidava para que todos pudessem dar sua opinião e, ao mesmo tempo, procurava conduzir os debates para que chegassem a uma conclusão adequada.

O galpão de madeira esquentava com as idéias e com o falatório cochichado dos 4 grupos de discussão. Lá fora, as crianças se esquentavam do frio, numa enorme "cirandinha", num pular e cantarolar tão alto, que o som descia vila abaixo e ia-se perdendo na escuridão da noite.

Foi aí que apareceu o Menezes, presidente da antiga Sociedade de Moradores do bairro vizinho, parada desde as últimas eleições. Sabendo da reunião, o Menezes resolveu vir prestar uma homenagem à Dona Iara. Dona Iara era professora da classe de emergência da vila e participante das reuniões da comunidade.

Ela fazia aniversário por esses dias e o Menezes apareceu com um maço de flores às escondidas. Pretendia fazer um discurso que emocionasse a todos. Para isso ele era bom! Só não contava com a resposta dos coordenadores da reunião:

- Olhe, "Seu" Menezes. O senhor tem 3 minutos. Mas só depois que terminarem os debates de cada grupo e as conclusões do grupo.

Menezes ficou sem graça. E tentou lançar mão de outro recurso emocional. Foi lá fora:

- Marta, Ô Martinha, faz um favor: me escolhe 2 crianças pra entregar este maço de flores para D. Iara. Quero que elas entreguem em nome das crianças das Vilas. E em meu nome também, é claro! Faz o seguinte: escolhe as 2 crianças mais pobrezinhas, tá? 2 crianças que inspirem mais amor!

Ao que a Marta lhe responde, zombeteira:

- Péra aí, Seu Menezes. Pobrezinhas que inspirem mais amor? Só duas? Fecha os olhos e pode levar qualquer uma das quarenta! Tá?

2 - Por que a igreja mudou tanto? (com texto para o orientador)

DRAMATIZAÇÃO: *uma família* - Seu Aníbal, D. Josefa, Zeca e Zulmira.

SEU ANÍBAL - Tá tudo mudado! O padre tirou a batina, os santos sumiram da igreja, a missa nem sempre é o padre que reza... Batizado? Só depois de fazer um cursinho! E casamento? Tudo junto, uma porção de noivos. E as noivas já nem vão mais "de vestidos de noiva"! Pouca vergonha!

ZECA - Pai, eu não tô entendendo bem essa lamentação. Afinal o senhor vai muito pouco à igreja. Só em casamento ou em missas de defunto!

SEU ANÍBAL - E já chega! O que eu ouvi na missa do finado Zacarias! Essas coisas esquisitas que o padre anda falando. Que é preciso salvar o homem todo, não só a alma! Que besteira: o corpo a terra come!

ZULMIRA - Não se preocupa não, Zeca, eu sei por que o pai está tão zangado.

SEU ANÍBAL - Esse negócio de misturar religião com problema social. Condições de vida do povo, ônibus, saúde, educação... Esse negócio não tá certo, não!

ZECA - É, eu sei do que o senhor gosta. O senhor gosta mesmo é do joguinho de malha na rais do terreno do Centro Comunitário! O senhor acha aqueles caras legal, não acha? Só que eles fi-

zeram aquelas raís planejando e discutindo em reunião. E o senhor, reunião que é bom, nunca participou!

D. JOSEFA - Zeca, eu sei o motivo da zanga do teu pai: ele não está contra a igreja, não. É com a Zulmira que ele está contra. Ela resolveu que vai casar "sem o vestido de noiva", sem o carro de noiva.

ZULMIRA - Nós somos trabalhadores, pai. Não podemos estar gastando sem necessidade. É que eu acho melhor usar o dinheiro do vestido de noiva e do aluguel do carro de noiva pra outras coisas. Pra terminar o barraco onde vou morar!

D. JOSEFA - Como é que o velho Aníbal pode aceitar isso? E olha que a Zulmira é catequista da comunidade...

ZULMIRA - Nós não somos ricos, pai. Não devemos ficar imitando o modo dos ricos. Eles celebram os acontecimentos da vida, os casamentos, ao modo deles. Com todo o luxo que o dinheiro permite.

SEU ANÍBAL - Mas, filha, o que é que os outros vão dizer?

ZULMIRA - O que importa é o que a gente tem a dizer pros outros. Que o nosso modo de celebrar os acontecimentos da nossa vida tem que ser diferente. Tem que ser de acordo com nossas possibilidades, de acordo com o nosso modo de vida. Não, pai, a gente tem que comemorar, mas tem que ser de modo diferente...

ZECA - E depois, um carro-de-noiva nem ia conseguir chegar aqui em casa por causa da buraqueira, já pensou a Zulmira com aquele vestido branco de noiva andando a pé pela poeira?

#### Questões:

- 1 - Quais as mudanças que Seu Aníbal observou na igreja?
- 2 - O que ele pensa sobre elas? Por que ele pensa assim?
- 3 - Por que Zulmira tem um modo diferente do pai de ver a igreja?
- 4 - Com qual dos dois você concorda? Por quê?

- 5 - Vamos imaginar como poderia ser o "modo diferente de comemorar os acontecimentos da vida" entre as famílias de trabalhadores...

#### A igreja e as transformações da sociedade (sô para o orientador)

- 1 - O mundo, conforme correm os anos, vai-se transformando. Nada está parado. Tudo evolui e se transforma:
  - da vara de pescar primitiva aos grandes pesqueiros de hoje.
  - da enxada aos arados motorizados na lavoura.
  - do cavalo ao metrô, como meio de transporte.
  - tudo evolui, para responder às necessidades das pessoas na sociedade.
- 2 - Essas transformações vão exigindo, cada vez mais, uma melhor forma de *organizar* a sociedade, para que todos possam participar dos seus benefícios.
- 3 - Essas transformações vão exigindo, também, uma visão nova das coisas, uma mudança no modo de encarar a vida, novas maneiras de se comportar.
- 4 - As transformações materiais acontecem por primeiro. Mas a organização da sociedade não muda de imediato. É que os interesses dos grupos dominantes preferem acumular os benefícios das transformações só para si. Não há interesse de organizar a sociedade para benefício de todos.
- 5 - Os interesses dos grupos dominantes farão questão de fazer propaganda de sua visão das coisas, do seu modo de encarar a vida, do seu modo de se comportar. Mesmo que a sua visão já não corresponda mais à realidade objetiva da maioria. A minoria vai impor à maioria sua visão, seu comportamento, para poder manter-se privilegiada.

A igreja acompanha as transformações que acontecem no mundo. Algumas vezes do lado da maioria; outras, do lado da minoria. Algumas vezes na frente, puxando o carro das transformações que ela percebe que estão acontecendo; outras vezes, na rabeira, querendo segurar a permanência do passado...

Seja como for, ela sempre sofre as conseqüências das mudanças e tenta adaptar-se a elas. Por exemplo:

- 1 - No fim da Idade Média, quando a sociedade passou a ser governada por reis, o rei era o senhor absoluto. Como era autoridade suprema, as pessoas tinham que se curvar diante dele.

A igreja, nesse tempo, era também *autocrática*. A visão de Deus era a de um rei supremo e poderoso. A batina, o vestido de noiva, o excesso de imagens de pompa e riqueza e muitas outras coisas são restos da cultura desse período. São frutos dessa época, do modo como a classe dominante (o rei, a nobreza) se vestia, se comportava, etc.

- 2 - No início do Capitalismo, com o desenvolvimento dos comerciantes e industriais (burguesia), chegou a época da *concorrência* e do *lucro*. Era necessário organizar a sociedade para que os burgueses pudessem concorrer livremente entre si. Aí apareceram os países organizados sob a forma de Democracia Liberal, isto é, cada um faz o que quer desde que tenha condições de concorrer.

Qual seria a melhor forma religiosa de justificar essa realidade? Sem dúvida, para os burgueses, seria uma religião que elevasse o lucro à categoria de dádiva de Deus. Assim, a riqueza acumulada através do lucro significaria a proteção de Deus. O Protestantismo do tipo americano surgiu nessa época. Na Igreja Católica, uma transformação verificada foi a ênfase à religião personificante, preo-

cupada com os aspectos psicológicos-modernizantes, próprios de uma visão liberal-individualista.

Vejamos o outro lado da moeda. As transformações foram, de um lado, beneficiando *uma minoria*; do outro lado, foram revelando cada vez mais a importância *da maioria* não-beneficiada: os trabalhadores de todos os países.

Os trabalhadores são tão importantes na sociedade de hoje, que a sociedade não sobrevive sem eles, sem o seu trabalho. Contudo, na medida em que eles são a maioria, a sociedade precisa ser reorganizada por eles, para beneficiar a todos. Precisa ser reorganizada de uma forma diferente, já que a concorrência e o lucro não são próprios da realidade dos trabalhadores.

O que lhes é próprio, mesmo sendo abafado, é a *vida coletiva* que o próprio trabalho exige, onde cada um tem uma tarefa - faz parte do trabalho coletivo. E a solidariedade, a responsabilidade pelo conjunto das coisas. É a democracia não liberal, não individual. Democracia social ou democracia dos trabalhadores.

Sem dúvida, uma parte da igreja hoje - sobretudo depois do Concílio e de Medellín - entende as transformações e o momento histórico pelo qual passa a sociedade. Essa parte da igreja se volta para o povo. Assume, como compromisso de fé, levar o povo a uma compreensão da realidade e a uma transformação de idéias e comportamentos que o leve a assumir, responsabilmente, sua história.

A igreja nova assume todo o potencial transformador que a igreja primitiva teve em vista do Império Romano, conseqüente dos valores fundamentais do Evangelho.

3 - Moda de viola agora é moda! (com texto para o orientador)

(Os trechos que aparecem destacados entre aspas são pedaços de letras de modas de viola, das mais conhecidas. Elas poderão ser cantadas pelo grupo)

"Eu me vingo dela  
Tocando viola de papo-pro-ar."

Era sábado. Sebastião tinha feito horas-extras até 2 horas da tarde. Estava chegando a casa cansado e com fome. Não tinha levado marmitta.

MÃE - Tião, o Teodoro já pegou sua viola. Falou pro cê ir ensaiã na casa dele, logo que chegasse. Os outros já tão lá. Mas come primeiro, depois vai!

Sua mãe põe a comida para esquentar, enquanto ele se lava. O som da viola e dos cantadores entra pela casa, de mansinho:

"Acabou-se o som da viola  
Acabou-se o chico mineiro."

Sebastião almoça ouvindo as modas de viola na casa do vizinho Teodoro e pensa: "Aqueles modas! Algumas ele conhece desde criança. Outras, eles mesmos fizeram depois que mudaram para São Paulo. Entre o trabalho da fábrica e a construção da casa, acabavam espremendo um momento de dedilhar o pinho".

Mineiro como ele, o Teodoro era um bom parceiro. Tanto na colher de pedreiro, das suas casas que se ajudavam a terminar, quanto na viola.

E as letras das modas quase sempre falavam de saudades! Saudades da vida da roça, da cabocla, da palhoça, do gado, da plantação, da chuva depois das secas...

"Tu não te lembras da casinha pequenina  
Onde o nosso amor nasceu  
Tinha um coqueiro do lado  
Que coitado, de saudades, já morreu."

Algumas vezes chegaram a se apresentar em programas caipiras de algumas rádios. Até receberam promessas para gravar! E o sonho de se tornarem outros Tônico e Tinoco surgia e desaparecia sem se realizar...

Agora, desde que começaram a fazer shows no bairro, nas festas da comunidade, começava a surgir outro tipo de sonho. Um sonho que ele, Sebastião, não compreendia bem, mas que o deixava contente...

Cada vez aparecia mais gente que sabia tocar, cantar e que queria apresentar-se nos shows-de-viola. Quanta gente que tinha "abafado" a sua alegria no corre-corre da luta na cidade e que agora tinha um lugar pra mostrar o que sabia!

O povo vinha nos shows e saía feliz. Parecia que tinham descoberto de novo uma forma de se encontrar, de conviver, de se divertir juntos. Quase da mesma maneira que no interior!

Quase da mesma maneira... Mas não podia ser da mesma maneira, pois a vida aqui na cidade era outra coisa!

Era isso que Sebastião não compreendia bem no seu novo sonho:

SEBASTIÃO - É bom a gente juntar o povo, através das nossas modas. Desta música que nasceu da vida que todos tiveram e que atinge os nossos sentimentos.

Mas a vida aqui é outra coisa! "Curtir" o passado, ficar no saudosismo da vida da roça é fugir do presente! É querer esconder a realidade que a gente vive aqui, hoje. Não vai ajudar em nada, pois o passado, a vida da roça não vai voltar mais!

E a gente tem que ir preparando o futuro. A gente tem é que se unir para preparar o futuro. Se a gente pode alegrar o povo e mostrar o que sabe fazer com a viola, tem que ser para o futuro, não para o passado.

Naquele momento, algumas idéias surgiram-lhe. Terminou de

comer rapidamente e gritou pra mãe:

SEBASTIÃO - Mãe, tô indo pra casa do Teodoro.

MÃE - Vai ensaiá?

SEBASTIÃO - Vou, mas antes vou conversar umas coisas com eles...

### Questões (Sugestões)

- 1 - Há uma porção de coisas comuns na vida do Sebastião e do Teodoro. Vejamos quais são.
- 2 - Que sonhos os parceiros tinham e que nunca se realizaram?
- 3 - Qual o sonho de hoje de Sebastião que ele não compreende bem?
- 4 - Qual a importância das artes, da recreação, para as pessoas?
- 5 - O que será que o Sebastião quis conversar com os companheiros de viola?
- 6 - Quais as outras formas de arte que a gente percebe no meio do povo?

### A cultura popular (sō para o orientador)

1 Assim como os violeiros, não é difícil perceber a influência que o folclore (forma de expressão artística nascida no interior do povo) tem para as pessoas vindas das diversas áreas do país para as grandes capitais. Os nordestinos não conseguem conter-se ouvindo um xaxado, um baião, um mandacaru. A festa caipira, a quadrilha, ainda é de grande aceitação na cidade.

Essas formas de expressão popular estão enraizadas no *sentimento do povo*. Quase sempre elas traduzem situações, emoções, fatos próprios da realidade de onde vieram. E quase sempre são formas de *expressão coletiva*, onde as pessoas se comunicam.

2 A nossa *cultura urbana* está definida de *cima para baixo* (da burguesia para os trabalhadores) e *de fora* para dentro (dos EEUU para cá, principalmente, que se divulga através dos meios de comunicação da massa. Não reflete, a não ser deformadamente, a realidade do povo, suas verdadeiras expressões. É alienante tanto quanto a música caipira, que reflete sentimentalmente um passado, um modo de vida rural que na maior parte do país não existe mais!)

3 Não se trata de condenar simplesmente as formas ultrapassadas de expressão artística popular. Afinal, elas fazem parte de uma tradição cultural própria do nosso povo que precisa ser reinterpretada criticamente. São os sentimentos populares interiorizados que precisam ser compreendidos. Exemplos disso são o BUMBA MEU BOI, do Maranhão, que mostra a luta do camponês sem terra e do fazendeiro dono do gado, ou a *Capoeira baiana*, que é uma verdadeira luta de origem escrava, como expressão de libertação.

4 Os mais jovens, não tendo outra experiência cultural a não ser a urbana, prendem-se facilmente às elaborações massificantes da música estrangeira ou do seu subproduto subdesenvolvido, tipo Odair José.

Uma tarefa seria ativar junto aos jovens a compreensão da importância do autêntico-popular-nacional, mesmo incipiente como se encontra hoje, com poucos autores refletindo a realidade das massas trabalhadoras urbanas.

Outra tarefa seria recuperar a tradição cultural, urbana ou rural, junto aos grupos de imigrantes e fazer delas *ponte de compreensão* e mobilização diante da realidade em que hoje vivem.

4 - E depois das eleições?

Não fazia 3 meses que o grupo comunitário tinha começado a

se reunir. Sua preocupação, além das ruas esburacadas e da não existência de condução no bairro, era a falta de escola para as crianças. Elas tinham que andar alguns quilômetros empoeirados ou enlameados, a depender do tempo, até a escola mais próxima.

O grupo já tinha feito um levantamento casa-por-casa da situação das crianças. Muitas delas sequer haviam conseguido vagas.

Uma comissão de pessoas ia levar um abaixo-assinado até a Fundação Escolar, quando uma moradora doméstica apareceu com seu patrão, um advogado amigo do Diretor da Fundação.

- Se vocês quiserem, eu posso pedir ao Diretor para atendê-los pessoalmente. Aí vocês fazem o pedido, não têm que entrar na fila. Eu posso até providenciar o mapa dos loteamentos. Para ver onde é melhor localizar a escola.
- Mas, "Dr. Advogado" - disse um dos participantes - a gente ia em comissão entrar com o pedido! E a D. Maria ia começar a dar aula na casa do seu Zé enquanto a escola não sai.
- Pois vocês vão, em comissão falar com o Diretor! Ele está muito preocupado com essa falta de escolas na periferia. Ele pretende até aumentar a verba para que a Fundação possa atender mais e melhor a população. Aliás, por isso mesmo, ele está tentando reeleger-se Deputado Estadual. Para continuar dando força à Fundação.

Na reunião seguinte, o Dr. Advogado trouxe o mapa do loteamento e discutiu com o pessoal onde é que eles queriam que a escola fosse construída.

Dona Maria, que ia dar aulas na escolinha improvisada, perguntou ao grupo como é que ficavam as inscrições das crianças que ela já havia começado. O Dr. Advogado percebeu a facilidade de comunicação da Dona Maria e apressou-se a responder:

- Olhe, Dona Maria, a senhora até poderá dar aulas na

- escola e ganhar um salariozinho. O Diretor pode providenciar isso. A senhora não gostaria?
- Claro que sim. E quanto é que vou ganhar? Mas eu não sou professora. Eu só ia dar uma maozinha...
  - Mas não tem importância o diploma. É escola de emergência! O salário veremos depois. Agora, eu gostaria de distribuir estes cartazes do Diretor. Vejam estas carteirinhas de plástico bonitinhas. Vocês podem distribuir aos seus vizinhos, que o Diretor vai mandar construir a escola.
  - E a entrada do nosso pedido? E o protocolo do pedido da escola?
  - Olhem, vocês deixam por minha conta. O meu escritório é do lado do escritório do Diretor da Fundação. Eu mesmo faço questão de entregar-lhe o abaixo-assinado. Se vocês precisarem de mais propaganda do Diretor, é só me procurarem. Está aqui o cartãozinho com meu telefone...

O grupo comunitário ficou sem saber o que fazer. Algumas pessoas se entusiasmaram com o "cabo eleitoral" do Diretor. Estavam dispostas a fazer sua campanha eleitoral. Mas o grupo decidiu não assumir como grupo. Como grupo, eles decidiram passar a cobrar a promessa feita pelo cabo eleitoral e, de início, exigir o protocolo de entrada do pedido da escola na Fundação.

Passaram-se 6 meses depois das eleições: nesses 6 meses, muitos telefonemas e algumas visitas ao "Dr. Advogado", que nunca está. Protocolo jamais saiu, muito menos escola.

O que saiu foi um trechinho no jornal: "Ex-Diretor da Fundação acusado de desviar verbas escolares para fins pessoais..."

Ida Jancsó

### Introdução

As reflexões sobre *comunidade* têm sempre um objetivo. Principalmente quando estas reflexões partem de gente que busca trabalhar junto ao povo, de gente que busca encarar o seu papel como *de serviço* a este povo. A idéia de comunidade está, então, sempre voltada para a busca de um instrumento de trabalho, de um instrumento que permita uma maior eficiência na prestação do serviço que se pretende oferecer.

Por outro lado, a idéia de comunidade tem sempre uma característica de *processo*, desde que na sua base está a idéia de serviço. Prestar serviço é agir, e agir implica ação continuada no tempo. Dessa forma, se o instrumento de trabalho é, por exemplo, a ação comunitária, isto é, a criação e consolidação de comunidades, é preciso compreender que estas comunidades representam elementos de mudança, de transformação. Onde não havia prática solidária, agora há: é uma mudança. Onde não havia meio de autodefesa do povo, agora há: é mudança, é transformação.

Mas é preciso não esquecer que a mudança, a transformação, é da natureza mesma da história dos homens, dos povos e dos grupos, por menores que sejam. Uma mudança de técnica numa empresa que emprega um grande número de pessoas do bairro, por exemplo, provoca mudanças (mais empregos, menos empregos, melhores salários, piores condições de trabalho) que dizem respeito não somente a cada um, isoladamente, mas tam-

---

(\*) Esse texto foi elaborado para discussão no interior de um programa de treinamento de líderes na Paróquia de Campos Elíseos, Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro

bem ao conjunto do bairro, da cidade ou, a depender da dimensão do fato, do país todo. Então, se a mudança, a transformação é algo permanente, a questão não é só pensar em mudança, mas sim na *qualidade* da mudança. A qualidade da mudança só pode ser pensada a partir de pontos de referência sólidos. E não há nada mais sólido, para quem quer prestar serviço ao povo, do que os interesses reais, profundos e objetivos do povo ao qual se quer prestar o serviço, para que se torne viável, para cada um e para todos, a sua plena realização como homens.

Assim, as reflexões sobre um instrumento de trabalho, que é a *comunidade*, devem partir sempre dos interesses reais e profundos dos homens (da coletividade) para os quais é dirigido o serviço. E só a partir disso será possível pensar, também, no problema da *liderança*.

É disso que se tratará, pois: levantar algumas questões que possam ajudar numa reflexão sobre a qualidade do trabalho de comunidade e, no interior deste trabalho, sobre a questão da liderança e suas implicações.

## 1. O que é comunidade

Comunidade é uma idéia e é uma realidade, isto é, um processo real, vivido por homens reais, no tempo e no espaço. É conveniente pensar-se nessas duas dimensões para uma compreensão mais ordenada daquilo que se pretende compreender.

### 1.1. A comunidade como idéia

De maneira simples, pode-se afirmar que a idéia de comunidade é a seguinte: comunidade é um grupo de homens e mulheres que, solidariamente, buscam resolver seus problemas. Trata-se de uma colocação simples, mas que tem implicações imediatas. A idéia repousa na crença de que a solidariedade, a fraternidade são os elementos básicos da resolução de problemas concretos. Não se trata de um erro; trata-se de uma

meia verdade. Por quê? Porque os únicos problemas que se pode resolver através desses elementos (solidariedade, fraternidade) são aqueles que nascem no interior da comunidade. Quando se trata de problemas que envolvem gentes ou grupos que estão fora da comunidade, esses elementos são insuficientes. Assim, uma construção de ponte, por exemplo, pode ser resolvida comunitariamente, com base na solidariedade e trabalho em comum, quando não há problemas do tipo propriedade do terreno das cabeceiras da ponte. Quando o terreno das cabeceiras da ponte for de alguém que é da comunidade, a resolução é fácil. Quando não o é, torna-se quase impossível. A solidariedade, então, passa a ter outro significado: não é mais só elemento de consolidação da comunidade. É agora elemento de defesa e de força desta comunidade diante de alguém que vai contra os seus interesses.

## 1.2. A comunidade como realidade

Quando se pensa em comunidade como realidade (em processo), surge logo a compreensão de que este grupo se formou em torno de uma idéia que tenha sentido para aqueles que vieram a participar do grupo. Então, o primeiro elemento que define uma comunidade é uma idéia, é uma proposta. A comunidade é um grupo que se formou em torno de uma proposta. Em outras palavras, a comunidade sempre se forma em torno de uma proposta de se fazer alguma coisa. É esta idéia de se fazer alguma coisa que caracteriza a comunidade. Mas não somente a idéia: é a forma de se levar a idéia à prática. Um grupo se define (e a comunidade é um grupo, por maior que seja) tanto pelo que pensa quanto pelo que faz. Entretanto, a comunidade é formada por homens e mulheres que, além do que fazem como "comunitários", fazem outras coisas: trabalham (de forma muito diferente: operários, biscateiros, empregadas domésticas, funcionários públicos); usam transporte (de forma diferente: alguns podem ir a pé, outros gastam várias horas, o que custa muito dinheiro; outros usam bicicleta, etc); estudam (de maneira diferente: uns no primário, outros no se-

cundário; uns de dia, outros de noite. Finalmente, há os que querem estudar e nunca tiveram essa possibilidade). Informam-se (de forma diferente: uns lêem jornais, outros escutam rádio, outros conversam com colegas de trabalho, outros, ainda, assistem televisão); têm suas crenças (uns são católicos, outros são crentes, outros frequentam a umbanda, outros não crêem). E na comunidade, que se define em torno de uma idéia e da ação em que implica levar esta idéia adiante, esses homens e mulheres se encontram, se identificam e, principalmente, são solidários entre si.

Então, a comunidade é uma realidade, mas uma realidade que é, no seu interior, muito diversificada, muito variada, muito rica e, também, muito conflitante. Por quê? Porque a comunidade é parte da sociedade, que é tudo isso. Para compreender a comunidade, pois, é preciso entender a sociedade; é preciso compreender a sociedade que a envolve, da qual a comunidade é parte, pois não pode isolar-se dela.

## 2. O que é a sociedade

A sociedade é a organização dos homens para permitir a reprodução permanente da humanidade. Dito de outra forma, é através da sua organização em sociedade que os homens resolvem os problemas de perpetuação da espécie, mesmo os mais elementares: alimentar-se (produzir, consumir, distribuir), reproduzir-se (casamento, família, parentesco). É através da sociedade que o homem procura defender-se do frio (casas, vilas, bairros, cidades) e assim por diante. Mas ele faz tudo isso de forma diferente, a depender do tempo e do lugar. Assim, não somente os antigos gregos eram diferentes, nas suas soluções de há 2.000 anos, de nós, no Brasil, em 1977, como também nós somos diferentes dos norte-americanos de hoje ou dos índios do Xingu de hoje. A nossa sociedade, como a dos gregos antigos, como a dos norte-americanos ou a dos índios do Xingu, se define como tal por apresentar uma série de elementos comuns na resolução dos problemas (pensar, com-

preender, etc) que se lhe apresentam (produzir, morar, etc). Acontece que as sociedades não são uniformes. Da mesma forma que é possível falar-se num brasileiro (aquilo que torna os homens de nossa sociedade iguais), é evidente que há, também, diferenças entre os brasileiros. Essas diferenças podem ser de aparência (altos-baixos, brancos-negros), e sem maior importância. Outras podem ser mais importantes (sãos-doentes, analfabetos-instruídos, ricos-pobres). Outras, ainda, podem ser causa de diferenças importantes.

Como se disse antes, os homens vivem em sociedade para produzir os meios de sobrevivência do gênero humano. Produzir é essencial, e isso é pouco mais do que o óbvio. Mas o que mantém os homens vivos não é a produção: é o consumo. Não é plantando feijão que o homem se alimenta. É comendo o feijão. E é comendo o feijão que ele vai ter forças para trabalhar, isto é, plantar feijão para poder comer e, novamente, plantar, e assim por diante. Então, o problema não é só produzir em sociedade. É distribuir o que é produzido para que cada qual possa consumir o necessário. E aí não se trata só de comida. Trata-se também de educação, saúde, lazer. De tudo, enfim, que o homem possa continuar a produzir para se manter *homem*, na sua plenitude. E é aí que se colocam problemas. A distribuição daquilo que é produzido socialmente não se baseia em critérios de justiça, em critérios humanos. A uns é dado mais do que precisam; a outros é dado menos. E não só dado: uns podem, por possuírem força, ter mais. Outros, por não possuírem força, têm menos. É por isso que existe a dominação. A dominação existe para que uns tenham mais e outros tenham menos. Menos comida, menos saúde, menos instrução, menos lazer, menos tudo. E tudo isso tem como objetivo manter a dominação.

Mas aqueles que têm de menos procuram defender-se. Organizam-se para resolver problemas. Organizam-se para defender seus interesses. E é dentro desse contexto de defesa de interesses que se coloca a questão da comunidade.

### 3. A comunidade está dentro da sociedade

A comunidade está dentro da sociedade, é parte dela. E isso pela simples razão de que as pessoas que formam a comunidade, antes de tudo, são membros da sociedade. Mas esta sociedade tem suas características, seus conflitos. Então é preciso refletir sobre a relação da comunidade com a sociedade.

#### 3.1. A sociedade tem conflitos

A sociedade tem conflitos, e esses conflitos têm por base a desigual distribuição daquilo que é produzido coletivamente. Mas a produção também se faz segundo formas próprias, a depender daquilo que é produzido. Assim, as formas de produzir feijão (agricultura) são diferentes da forma de produzir tecidos (indústria). E, mesmo na indústria, há diferenças. Assim, as formas de produzir vagões para a estrada de ferro (indústria pesada) são diferentes das formas de produzir pão (indústria alimentícia). E são diferentes não só porque o produto é diferente (vagão e pão), mas porque as formas de organizar a produção são também diferentes. As relações que um padeiro mantém com o dono da padaria são diferentes daquelas que um soldador mantém com o presidente da indústria. E também as formas de resolver os problemas decorrentes da diferença de interesses, seja entre o padeiro e o dono da padaria, seja entre o soldador e o presidente da indústria, são diferentes. Tudo isso deve ser considerado para perceber que há conflitos, mas que esses conflitos não são abstratos: sempre são localizados no tempo e no espaço. E também para não esquecer que os que estão do mesmo lado, mesmo em situações diferentes, estão mais perto uns dos outros do que possa parecer à primeira vista.

#### 3.2. A comunidade nesse quadro

Se a comunidade é uma forma de defesa, isso quer dizer que congrega homens e mulheres que não só precisam de defesa mas também estão do mesmo lado, que estão uns perto dos outros diante do conflito que caracteriza a sociedade. Contudo, as-

sim como estão do mesmo lado, continuam sendo diferentes. Diferentes por quê? Porque os seus interesses imediatos são diferentes, as suas formas de se colocarem diante do conflito são diferentes, os instrumentos que usam são diferentes. A sua experiência é diferente. Então, a comunidade é um grupo que é formado por homens que têm interesses gerais idênticos, mas interesses imediatos diferentes. É claro que isso ao nível da atividade produtiva. Como todos são iguais quanto à sua capacidade de consumir o que é produzido coletivamente, têm interesses comuns no que diz respeito ao acesso aos bens e serviços. Assim, o padeiro e o soldador, do exemplo anterior, podem tratar de forma diferente a questão da reivindicação salarial (um bate um papo com o patrão, outro participa do sindicato), mas ambos precisam de transportes melhores para chegarem menos cansados ao trabalho, melhores escolas para os filhos, e assim por diante.

Então, a comunidade se define por objetivos desse tipo. É uma forma de as pessoas se organizarem para ter aquilo que sozinhas não podem ter: seja uma igreja, seja uma escola, seja um ambulatório médico, seja melhor transporte, seja, enfim, melhor informação.

### 3.3. A comunidade como mecanismo de defesa

A comunidade aparece, então, como um instrumento de defesa daqueles homens e mulheres que a formam. É uma forma de buscar aumentar a parcela que lhes cabe dos bens que são produzidos coletivamente (sejam bens materiais, sejam bens espirituais).

Para ser um bom instrumento de defesa, é preciso ser eficiente, e é nesse plano que se coloca o problema da liderança.

## 4. A liderança - algumas reflexões

Se está certa a afirmação de que uma comunidade se define em torno de uma idéia e da ação que leva a idéia adiante, que a

transforma em prática, e se é verdade que a comunidade é uma forma, um instrumento de defesa de homens e mulheres numa situação de conflito, alguns elementos para definir a liderança podem ser apontados com relativa segurança.

Na verdade, liderança na comunidade é a capacidade de conduzir à prática uma idéia. Para tanto, liderança implica saber ver e saber agir.

#### 4.1. Liderança implica saber ver

Liderança significa a capacidade de formular uma idéia que seja idéia de todos. O líder não inventa: ele dá forma àquilo que está na cabeça de todos, mas que está confuso, não consegue tomar forma. Então, o líder é aquele que é capaz de ver isso e dar forma à idéia. Sempre é preciso, porém, ter em mente a necessidade de ver com base nos interesses daqueles que o reconhecem como líder. Em outras palavras, ele deve formular o problema ("Precisamos disso...") e propor uma solução ("Faremos isso..."), mas é preciso que o resultado da ação seja bom, isto é, de acordo com os interesses reais da comunidade. E isso só é possível quando o líder está profundamente identificado com a comunidade, quando os seus interesses são os mesmos dos homens e mulheres da comunidade, quando os resultados têm para ele as mesmas implicações que para todos da comunidade.

Para isso, ele precisa saber ver os interesses reais da comunidade, o que significa, em primeiro lugar, ser capaz de ver qual é a natureza do conflito mais geral da sociedade que provoca o problema que está na cabeça de todos e que ele foi capaz de formular. Só assim ele poderá propor saídas que sejam reais, que sejam significativas, que consolidem a comunidade, que a fortaleçam.

Como chegar a isso, ou seja, como chegar à capacidade de ver? Antes de tudo, é preciso informar-se e formar-se. É

preciso informar-se dos problemas que dizem respeito aos que formam a comunidade. Mas é preciso, também, formar-se, preparar-se para poder entender as implicações reais desses problemas. Só assim o líder saberá distinguir entre um problema importante e um problema secundário. E só sabendo distinguir entre o principal e o secundário ele poderá formular adequadamente aquilo que está na cabeça de todos e, também, propor formas de agir que levem a resultados positivos.

#### 4.2. Liderança significa ação

Mas o líder não é só um homem de idéias - ele tem que ser um homem de ação. "De pensar morreu um burro" diz o povo, e tem razão. A ação do líder tem que se orientar por duas linhas principais:

- 1?) No interior da comunidade, ele tem que agir para consolidar a união da comunidade. Para isso, ele tem que respeitar as diferenças, reconhecer as capacidades, promover a soma de esforços.
- 2?) Mas a ação no interior da comunidade tem a função de fortalecer os seus membros para a defesa contra a ação dos que têm interesses contrários aos que formam a comunidade. Então, a consolidação da comunidade deve sempre considerar como muito importante a ação da comunidade em defesa de seus interesses, isto é, a ação que ultrapassa os limites da comunidade. O líder tem que saber agir em função da situação geral da sociedade que envolve a comunidade e da qual a comunidade é parte.

#### 5. Liderança significa agir coletivamente

Até aqui pode parecer que o líder é uma pessoa que sabe mais e melhor do que os outros. Não é bem assim. Na verdade, para que a liderança possa existir, tal qual foi indicada, é preciso que a comunidade *produza* esse líder. A questão, pois, é menos de encontrar uma pessoa com características de líder, e mais de se chegar a um processo de trabalho, no in-

terior da comunidade, que permita que se produza essa liderança. Para tanto, o caminho melhor é sempre o caminho da prática coletiva. Isso significa pensar junto, fazer junto. Confrontar idéias, apresentar sugestões, buscar caminhos. E, principalmente, assumir responsabilidades em conjunto. Cada qual com sua tarefa própria, é claro, mas sempre responsável perante todos, sempre agindo em nome de todos. Prestando contas a todos. A liderança comunitária não pode ser *acima* da comunidade. E a melhor forma de se evitar um tipo de liderança que *pense pela comunidade* em vez de *pensar com a comunidade* é a prática das formas coletivas de liderança.

## AJUDA EXTERNA: CRITÉRIOS E INDICADORES PARA FINANCIAMENTO DE PROGRAMA E PROJETOS

---

O documento hoje publicado por PROPOSTA não é um documento oficial da CRS - Catholic Relief Services (órgão da Conferência Episcopal Norte-Americana para ajuda externa). Foi preparado pela equipe da CRS no Brasil; é "fruto da reflexão dessa equipe" e circula "com o intuito de estender cada vez mais o diálogo entre essa equipe e as pessoas com quem tem contatos aqui no Brasil".

Não pretende ser, também, um documento definitivo. É, no entender dos seus autores, "uma tentativa de estabelecer alguns critérios no seu trabalho".

Mas, respeitando essas características e limitações, PROPOSTA considera o documento uma contribuição valiosa e um passo importante no problema da ajuda financeira a programas de intervenção social.

Espera-se que a divulgação do documento possa intensificar o esperado diálogo entre entidades financiadoras e beneficiários; que ajude ao estudo e discussão do problema e que contribua para o estabelecimento de critérios fundamentados e objetivos para aprovação e financiamento de programas.

### Introdução

Atualmente, há muitos questionamentos sobre "ajuda internacional". Muitas vezes estes vêm da ausência de uma clarificação, por parte da entidade de apoio, de seus critérios de julgamento dos trabalhos para os quais lhe é solicitada colaboração.

Há algum tempo, a CRS vem refletindo e tentando explicitar seu processo interno de julgamento de programas e projetos para os quais lhe é solicitado apoio. Ao explicitarmos estes critérios, estaremos explicitando também, indiretamente, os nossos valores e nosso conceito de desenvolvimento.

Aproveitamos para esclarecer alguns termos usados neste documento, para que não haja equívocos. Assim é que fazemos uma distinção entre "programa" e "projeto".

Um programa é um conjunto de atividades que leva em consideração a comunidade como um todo, visando levar a mesma a buscar soluções, ao mesmo tempo, para suas carências de saúde, alimentação, educação, etc. Um programa pode comportar vários projetos. Mas o programa é mais amplo e tenta uma ação a longo prazo e duradoura, visando levar a comunidade a um verdadeiro desenvolvimento.

Muitas vezes sentimos que "projeto" significa uma única ação e que esta termina quando o projeto termina, não havendo perspectivas de continuidade. Pensamos em "projeto" como parte de um programa, como uma ação que deve ser complementada por outras. Neste sentido, é importante, quando se elabora um projeto, ter em mente perspectivas mais longas do que simplesmente a realização do mesmo.

No documento, usamos também o termo "indicadores". Explicando o seu significado para nós, "indicadores" são instrumentos que podemos utilizar para *medir* as mudanças qualitativas e quantitativas que ocorrem em uma determinada atividade.

Ao estabelecer indicadores verificáveis, no início de um projeto, ambas as entidades, de apoio e de ação, poderiam analisar as mudanças e os progressos que se iriam produzindo durante o desenrolar do projeto, possibilitando uma avaliação contínua e uma correção da ação durante o desenrolar do mesmo.

Os indicadores, portanto, poderão servir:

- como ponto de diálogo para o pessoal da CRS e os administradores dos programas e projetos,
- para auxiliar os administradores na avaliação cons-

- tante das atividades resultantes dos programas e projetos,
- para permitir à CRS analisar um projeto para sua aprovação.

## Critérios definidos pela CRS

### 1. Participação

Um dos critérios é a *participação da Comunidade na elaboração do Programa ou Projeto*.

Para que o homem seja agente de sua própria educação e promoção, sua participação ativa e efetiva em toda programação que vise sua própria vida é de fundamental importância.

Ninguém tem o direito de programar a vida de outro, mesmo com a intenção de ajudá-lo, pois não se pode, a pretexto de libertar o homem da opressão da fome, criar uma nova opressão, ou seja, mantê-lo sob uma tutela paternalista que o impeça de crescer e ser senhor de sua vida.

Participar, portanto, significa tomar parte em uma atividade, ou seja, poder criar, tomar decisões, avaliar, executar e influir nos acontecimentos. Implica uma ação grupal; implica a possibilidade de opinar, discutir, discordar, aceitar e rejeitar opiniões.

*INDICADORES* que ajudarão a medir o grau de participação de um grupo ou comunidade nos programas ou projetos:

- mudanças de lideranças no grupo,
- possibilidade de opiniões diversas,
- comunicação aberta entre os membros,
- preocupação de partilhar igualmente os benefícios,
- compreensão por todos dos direitos de cada um,
- decisão comunitária e conseqüente ação conjunta.

## 2. Nova visão da realidade

Todo programa ou projeto só está ajudando na promoção do homem, quando o leva a uma nova visão da realidade sócio-política e econômica, a uma nova compreensão da vida e dos acontecimentos.

Sabemos que a capacidade de conhecimento do homem é muito grande, mas sabemos, também, que ele mantém grande parte de sua capacidade intelectual adormecida. Cada vez que se possibilita ao homem uma maior compreensão dos acontecimentos e da realidade, está-se dando a ele a oportunidade de despertar a sua inteligência adormecida. O homem se torna mais homem na medida em que for capaz de descobrir, pela sua inteligência, novas faces da realidade com que se defronta.

Na medida em que o homem usa sua inteligência, ele se torna capaz de avaliar e reestruturar o seu sistema de valores, de criticar a realidade e de realizar a mudança desta, quando não estiver adequada para contribuir no seu bem-estar e no bem-estar social da comunidade.

*INDICADORES* para medir até que ponto um programa ou projeto está contribuindo para que o homem possa ter uma nova compreensão da realidade:

- sentida evolução no conhecimento da presente realidade sócio-política e econômica,
- capacidade de compreender uma ação e suas conseqüências no futuro,
- diminuição da dependência de figuras tradicionais e autoritárias,
- possibilidade de diversificação de pensamento dentro da comunidade,
- capacidade de uma nova definição de ação,
- aumento do espírito criativo do grupo.

### 3. Os menos favorecidos

O destinatário de toda nossa colaboração deverão ser os menos favorecidos economicamente.

Não podemos trabalhar com todas as camadas sociais, dada a limitação de nossos recursos humanos e financeiros. Se o nosso objetivo é colaborar na promoção humana e na mudança social, é evidente que nossa colaboração se volta para aqueles que NÃO TÊM VOZ NEM VEZ e que, devido a sua situação de carência, não atingem nem o mínimo de condição para poderem participar dos projetos promocionais do Governo.

#### *INDICADORES:*

- subemprego e desemprego,
- desnutrição e problemas de saúde,
- falta de acesso aos projetos governamentais,
- sem terra ou minifundiários,
- sem habitação,
- forte estado de fatalismo,
- analfabetismo.

### 4. Compromisso da comunidade

Outro critério é o compromisso da comunidade frente à atividade proposta pelo projeto ou programa.

Para que uma atividade proposta seja assumida pela comunidade, é fundamental que ela tenha nascido da própria comunidade, a partir das suas necessidades e aspirações.

A experiência tem-nos mostrado que todo programa ou projeto criado fora da comunidade e trazido para que a mesma o desenvolva, tende a morrer com o seu próprio idealizador. Dificilmente, as necessidades idealizadas de fora correspondem às verdadeiras necessidades sentidas pela comunidade e, dificilmente, podem ser assumidas por alguém, pois não lhe dizem respeito ou não correspondem aos anseios imediatos. Por-

tanto, para que a comunidade se comprometa com qualquer programa ou projeto é necessário que, de alguma forma, o mesmo parta dela.

*INDICADORES* para medir o grau de compromisso da comunidade com um projeto ou programa:

- a atividade tem relação com os meios de sobrevivência da comunidade,
- a atividade faz parte da própria história do povo e não termina numa ação,
- a atividade concentra as atenções da comunidade e faz parte substancial de sua vida.

##### 5. Tratamento igual para todos

Diante da situação social do mundo em que vivemos, é importante explicitar um critério que por si só poderia ser implícito. Nos programas ou projetos não é possível que haja discriminação de raça, religião ou sexo.

Embora sejamos uma entidade católica de ajuda, nossos esforços de colaboração estão voltados para todos os homens, especialmente os menos favorecidos, como já dissemos, pelo simples fato de serem pessoas humanas, independentemente de raça, religião ou sexo.

É importante notar aqui a necessidade de promoção da mulher, não só pelo fato de ser o tema da moda no mundo todo, mas principalmente pela situação de inferioridade que sentimos viver a mulher em toda parte, especialmente a da zona rural, a da classe menos privilegiada. É de suma importância o estímulo para sua participação ativa nas atividades da comunidade.

Os *INDICADORES* são evidentes, dispensando quaisquer explicações.

## 6. Levantamento de recursos locais

Uma prova de que a comunidade está comprometida com o programa ou projeto é se ela estiver disposta a contribuir com seus próprios recursos, MESMO QUE EXIJA SACRIFÍCIOS, para a plena realização dos mesmos, sejam recursos humanos, materiais ou financeiros.

### *INDICADORES:*

- investimento de recursos locais: humanos, financeiros e materiais,
- desejo concreto de diminuir a dependência internacional,
- tentativas concretas para conseguir recursos financeiros locais,
- o próprio programa ou projeto visa a uma crescente independência humana, financeira e social,
- crescente participação comunitária.

## 7. Projeto multidimensional

É importante que o projeto vise atingir vários aspectos da vida do homem, isto é, que tenha várias dimensões, que abranja mais que uma atividade, que seja uma parcela de um programa, pois todo programa ou projeto deve sempre ter em mente o homem como um todo. Não se deve esgotar numa finalidade imediata, mas deve sempre ter uma perspectiva de futuro, de mudança, de crescimento e, principalmente, de abertura para aproveitamento e transferência de experiências.

### *INDICADORES:*

- projetos que abranjam mais que uma atividade,
- projetos que visam não a solução de problemas isolados, mas o homem como um todo,
- existência de grupos coordenadores das diferentes atividades do programa,
- partilha de informações,
- articulação.

## INFORMAÇÕES

### Encontros para agentes de intervenção social

O ano de 1977 promete ser proveitoso para o entrosamento entre agentes de base. Vários encontros, seminários, estudos em conjunto já foram programados. Tais atividades agruparão agentes de diversos programas de intervenção social. Mencionamos aqui algumas:

1. Organizados por PATAC-Programa de Aplicação de Técnica Adaptada nas Comunidades - de Campina Grande, PE, 5 Encontros Regionais para técnicos e responsáveis de programas:
    - Em João Pessoa, (Janeiro), para pessoal de Campina Grande, Bayeux, Santa Rita, etc.
    - Em Propriá (Março), para pessoal de Feira de Santana, Salvador, Camaçari, Propriá, Maceió.
    - Em Mossoró (Setembro), para agentes de Mossoró, Areia Branca, Iguatu, Crateús, Caiçara, Natal.
    - Em Petrolina (Outubro) para agentes de Curral Novo, Gurguéia, Campo Alegre, Macaúbas.
    - Em Teresina (Dezembro) para técnicos de Teresina, Fortaleza, Marco, São Luís, Parnaíba, Marabá, Santarém, Cametá, Santa Luzia, Tauá, (Abril).
  - No Nordeste, para técnicos de áreas rurais, sobre problemas de terras, sindicalização de projetos.
  - No Ceará, mesa-redonda sobre intervenção educativa em meio rural (Setembro).
  - No Sudeste, para técnicos de áreas suburbanas, sobre problemas encontrados e instrumentos de trabalho (cursos, treinamentos sobre legislação trabalhista, etc) (em Julho).
3. Em Salvador, organizados por CEAS, CESE e agentes de vários programas, mais 2 seminários agrupando técnicos e agentes trabalhando em áreas suburbanas.
    - Seminários semelhantes estão sendo planejados para Recife, com participação de agentes dessa cidade e de outras do Nordeste.

## Publicação informativa para agentes

O PATAC - Programa de Aplicação de Técnica Adaptada nas Comunidades (Caixa Postal 282 - 58.100, Campina Grande, PE) iniciou a publicação de COMUNICANDO, caderno mimeografado para troca de informação entre agentes de intervenção social. O 1º número informa sobre o próprio PATAC, sobre sindicato e contribuição sindical, sobre encontros, etc.

### Em breve:

- O IBRADES não realizará, este ano, seu curso prolongado de 4 meses sobre desenvolvimento brasileiro. Continuará e intensificará, no entanto, os cursos intensivos nas regiões, e planeja, para 1978, um curso mais extenso e renovado.
- A OXFAM da Inglaterra tem novo representante no Brasil: o Sr. Anthony Hall, que substituiu o Sr. Bill Yates.

## EQUIPES LOCAIS

### REGIONAL NORTE

Escritório de Belém  
Rua Bernal do Couto nº 1329  
(0912) 22.0318  
66.000 - Belém - PA

Escritório de Cametá  
Praça dos Notáveis nº 38-B - 139  
68.400 - Cametá - PA

Escritório de Santarém  
Rua Moraes Sarmento nº 426  
68.100 - Santarém - PA

Escritório de Sto. Antônio de Tauá  
Santo Antônio de Tauá - PA

Escritório de Santa Luzia  
Av. Newton Bello nº 866  
65.390 - Santa Luzia - MA

Quadra G, casa 2  
2.1817  
65.000 - São Luis - MA

### REGIONAL NORDESTE

Escritório de Recife  
Rua Pacífico dos Santos nº 110  
(0812) 22.0025  
50.000 - Recife - PE

Escritório de Garanhuns  
Av. Rui Barbosa nº 200  
2392  
55.300 - Garanhuns - PE

Escritório de Fortaleza  
Rua Dona Leopoldina nº 1344  
(0852) 26.2881  
60.000 - Fortaleza - CE

### REGIONAL SUDESTE-SUL

Escritório de São Paulo  
Rua Loefgren nº 1651, casa 6  
(011) 71.4694  
04040 - São Paulo - SP

Escritório do Rio de Janeiro  
Rua das Palmeiras nº 90  
(021) 266.1265 246.4559  
20.000 - Rio de Janeiro - RJ

Escritório de Vitória  
Rua 7 de Setembro nº 529  
(0272) 3.7436  
29.000 - Vitória - ES

Escritório de Porto Alegre  
Rua Gaspar Martins nº 470  
(0512) 25.0787  
90.000 - Porto Alegre - RS

**EDUCAÇÃO DE BASE**

no próximo número

**COMUNIDADES**



**FASE**

**Federação de Orgãos para Assistência Social e Educacional**

**Escritório Nacional: Rua das Palmeiras, 90 - ZC 01**

**Tel.: (021) 266-1265 e 246-4559**

**20.000 - Rio de Janeiro (RJ)**